

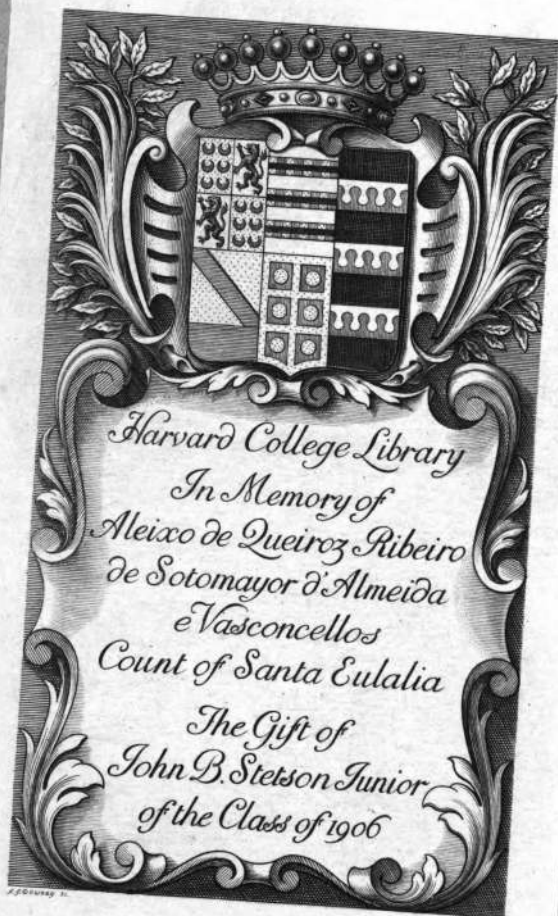
Algumas Palavras em Resposta - 1832

WIDENER



HN ZGLI 1







0

Tr. de J. de ...
74

ALGUMAS PALAVRAS

EM RESPOSTA

**AO QUE CERTAS PESSOAS TEM DITTO E AVANÇADO
À CERCA DO GOVERNO PORTUGUEZ,**

COM ALGUMAS OBSERVAÇÕES

TANTO A RESPEITO

DO ESTADO ACTUAL DE PORTUGAL, E DA EUROPA

COMO

**DA EXTRAVAGANTE E INEXPERADA CONDUCTA DO
GOVERNO INGLEZ PARA COM PORTUGAL,**

SEGUNDA EDIÇÃO

CORRIGIDA E AUGMENTADA DE

HUM APPENDICE QUE CONTEM

**OBSERVAÇÕES E FACTOS RELATIVOS AOS
ACCONTECIMENTOS SUCCEDIDOS DEPOIS DA PRIMEIRA
EDIÇÃO.**

LONDRES:

NA TYPOGRAFIA DE G. SCHULZE, 13, POLAND STREET.

1832.

Post 702.32.134

HARVARD COLLEGE LIBRARY
FROM THE LIBRARY OF
FERNANDO PALHA
DECEMBER 3, 1928

ADVERTENCIA

O autor vendo a aceitação que teve em Portugal este escrito, sendo muito maior, depois que se prohibio, por isso e porque não chegou o numero dos exemplares da primeira edição á terça parte dos que o querião, se determinou a fazer huma segunda, accrescentando couzas que julgou apropriadas aos accontecimentos, que se tem succedido depois, e interessantes a Portugal.

ALGUMAS PALAVRAS,

&c. &c.

Não perderei o meu tempo com pseudo liberaes, que nada tem que perder com revoluções, mas tudo a ganhar ; porem quero perde-lo hum pouco com ministros, cujo primeiro dever he conhecer com exactidão os factos sobre os quaes devem tratar e responder no Parlamento, factos dos quaes os seus agentes diplomaticos os devião ter informado.

O que custa mais a algumas pessoas, relativamente ao Rey de Portugal, he ter elle illudido as intrigas do governo inglez de 1827 &c. : isto he, que os ministros inglezes julgarão, quando o Principe estava em Londres, terem o levado á sua maneira, e feito delle o que querião, mas que quando chegou a Lisboa obrou differentemente, mantendo as leys fundamentaes da sua patria, e realizando as espe-

ranças da nação ; e justamente o que contraria ministros taes, como Mr. Peel, he o que faz el Rey Dom Miguel cada dia mais caro á nação portugueza.

Para que se mettem a censurar a conducta de hum Principe, quando essa mesma conducta he approvada pela nação que elle governa ? Vamos ao cazo : a falta de reflexão de alguns ministros inglezes (que se queixão da conducta do Principe Dom Miguel, de não ter elle cumprido as convenções que fizera em Vienna na presença do embaixador inglez naquella côrte), he tanto mais extraordinaria, que tendo elles visto a correspondencia do Principe de Metternich com o Principe Esterhazy, datada de Vienna 18 Outubro 1827, hajão de ter huma similhante linguagem ; porquanto o Principe de Metternich diz na sua correspondencia que “o Principe Dom Miguel, depois de ter sido nomeado regente de Portugal, pedira os seus passaportes para Lisboa, os quaes lhe tinham sido recusados, excepto se elle quizesse ir por França e Inglaterra” ; o que prova, com toda a evidência, o estado em que se achava o Principe em Vienna, espionnado pelo Conde de Villa Real, que tinha sido mandado de Londres a Vienna de propozito para o obrigar a vir por Inglaterra, assim como se achava espionnado por outros mais ; tendo sido obrigado o Principe a subscrever a todas as condições que lhe quizerão dictar ; ainda que para honra do mesmo Principe devo ajuntar hum facto, de que se não faz menção no despacho de 18 Outubro ; vem a ser, a resposta que S. A. R. deo, que não queria ir nem por França, nem Inglaterra ; a que o Principe de Metternich respondera, que neste cazo não sahiria de Vienna, e que se daria parte ao Imperador ao Rio de Janeiro ; estando S. A. R. em consequencia disto mais de 8 dias sem ver pessoa alguma, tomando por fim a resolução de fazer o maior sacrificio da sua alta dignidade, visto o

estado em que se achava a nação, annuindo ao que lhe impunhão os seus guardas, vindo por França e por Inglaterra. Agora perguntarei eu a estes Senhores, se hum Principe, que tem estado retido em Vienna como preso, e que depois de ter sido nomeado Regente de Portugal, nem por isso he menos mal tratado, dictando-lhe todas as condições, perguntarei, digo, se hum Principe assim tratado não devera subscrever a todas as condições que lhe houvessem de impor, para pôr hum termo ao seu cativo? Perguntarei mais a estes declamadores, se hum Principe livre dos seus oppressores he obrigado depois a preencher promessas que lhe arrancarão á força?

Alem disso, nos despachos de Mr. Lamb, embaixador d'Inglaterra em Lisboa, principalmente no de 14 de Março 1828, no qual elle diz "que S. A. R. era a cada momento perseguido com *addresses* e deputações pedindo-lhe se houvesse de declarar Rey de Portugal, o que sem duvida alguma não dependia senão delle: porque as camaras lhe não porião resistencia alguma, e a medida seria mesmo muito popular em Portugal." Vê-se claramente que a nação portugueza insistia com o Principe Dom Miguel para que se declarasse Rey de Portugal, e que a estas instancias S. A. R. resistira mais do que he ordinario em semelhantes cazos, mas que não podendo resistir por mais tempo, nem allegar mais pretexto algum, tivera a delicadeza de fazer convocar os tres Estados do Reino para se resolver a questão; devendo-se observar que, durante o tempo da convocação dos tres Estados, e das suas sessoês, não havia hum só soldado em Lisboa! Quanto ao direito de convocar as Cortes, o Principe Dom Miguel, como Regente, não só tinha o poder de dissolver as camaras revolucionarias, mas de convocar os tres Estados ou antigas Côrtes, até mesmo para se conformar com as ultimas vontades de seu augusto pay, declaradas na Carta de Ley de 4 Junho de 1824.

Hum ministro inglez do governo passado, nas suas respostas aos coripheos do liberalismo, quando se deveria limitar a dizer a verdade, teve a inconsideração d'avançar, que "o Principe Dom Miguel tinha prometido á Austria, á Inglaterra, e a Dom Pedro o seguir em tudo e por tudo as suas determinações, mas que S. A. R. violara isto, e que não esperassem que elle (ministro) houvesse de dizer huma unica palavra em defêsa de tal conducta." Ao que responderei que era do dever de Mr. Peel, o defender a conducta do Principe, produzindo a verdade tal como era, e não enredala, porquanto pelos mesmos despachos dos agentes diplomaticos do governo inglez se ve, como por violencia he que fizerão prometer ao principe Dom Miguel aquillo que lhe era impossivel preencher. Na miscelania d'argumentos que este antigo ministro produz para corar a falta d'execução ás promessas feitas em Vienna, he hum "que as circumstancias que tem feito faltar ao principe Dom Miguel a cumprir as suas promessas se poderião pôr a par do que praticara Dom Pedro com seu pay o Senhor Dom João VI: isto he, que Dom Pedro tinha prometido sollenemente a seu pay que "elle e todos os Portuguezes, que se achavão no Brazil, serão antes feitos em postas, do que consentirem que elle Dom Pedro fosse jamais nomeado imperador e independente de seu pay e soberano." Porem que sobrevierão circumstancias imprevistas que não deixarão outra alternativa a Dom Pedro, senão o declarar-se imperador."

Mr. Peel continuou citando os despachos de Sir Frederic Lamb, nos quaes se vê bem quaes erão os sentimentos da nação portugueza para com o Principe, que ella idolatrava. No seu despacho datado de 28 de Março diz elle: "O Principe Dom Miguel está sendo a cada momento perseguido para que se declare Rey absoluto, e isto pela

maioria de todas as classes.” No outro despacho, datado de 2 de Maio 1828, diz elle “Pessoa alguma se oppõe aqui á determinação que o principe tomar em se declarar Rey.” E accrescenta Mr. Peel que elle não pode persuadir-se, que a Camara dezeje que se force huma constituição aos Portuguezes contra a sua vontade, e que repugna inteiramente aos sentimentos e vontade do povo; que alem disto, antes de se emprehender huma guerra se deve saber quem he que deve fornecer o precizo, e se se devera emprehender huma guerra para impurrar á força huma constituição a hum povo, toda opposta aos seus principios e prejuizos. Que hum partido consideravel tinha tentado de destruir o governo de Portugal, e para este fim tinha desembarcado no Porto; o qual ainda que superior em numero em tropas regulares, assim mesmo fora batido pelas tropas realistas, ás quaes se tinha juntado toda a povoação, sendo obrigado o ditto partido a fugir para Inglaterra.” Ora á vista de tudo isto e das leys fundamentaes de Portugal, que Mr. Peel parece ignorar, que queria elle que o Principe Dom Miguel fizesse? Só sélle queria que o Principe dissesse á nação portugueza, em ar de despedida: “*Sinto muito não vos poder ser util, agradeço vos muito, no entanto escolhei hum outro soberano, porquanto eu desde já renuncio aos meus direitos e as vossas affeições, visto que prometi em Londres a Lord Dudley e Ward e Comp^a de governar em nome do Imperador Dom Pedro, o que vós de sorte alguma quereis.*”

Quanto ao dizer-se que o Principe Dom Miguel continuara a assegurar de Lisboa as promessas, que lhe tinham extorquido em Londres; respondo, que o que queria o Principe, assim como a nação portugueza, era verem o Portugal livre de tropas estrangeiras, e que para obter esse fim s’escrevia aos ministros inglezes tudo o que po-

dia ser-lhe agradável e lizonjeiro; se depois das tropas inglezas terem evacuado Portugal, e quando ja o Principe Dom Miguel se achava livre e a nação, se continuasse a escrever da mesma maneira assegurando as promessas forçadas, então poderão queixar-se; porem tal conducta não teve, nem era capaz de ter o herdeiro do trono portuguez.

He assaz extravagante o ver como os ministros inglezes são hoje tam scrupulosos para que se cumprão promessas obtidas á força e violencia, e, o que he mais, ministros que pertencem a hum partido e roda, que fez apanhar quatro galeões espanhões, sem alias se achar a Inglaterra em guerra com Hespanha, e que fez queimar Copenhague e a sua marinha, quando alias se achavão em paz com esta potencia: chamarão nesse tempo esta conducta obrar por precaução! E porque não seria permittido tambem ao Principe Dom Miguel obrar por precaução, afim de se livrar dos seus oppressores? Se não fora o *pseudo-torysme* de Mr. Peel, deveria ter respondido com franqueza ás asserções calumniosas dos radicaes, e não servir-se jamais de subterfugios; deveria dizer, que Mr. Canning, a pezar do que dizia e pregava no parlamento, obrava de differente modo, entrevindo sempre nos negocios de Portugal, fazendo-lhe separar o Brazil, fazendo-lhe dár hum carta constitucio-nal, nomeando-se até dois lords por esses serviços á custa de Portugal! Não seria isto mais digno de hum ministro inglez o dizer que tal conducta não era a falta do actual governo inglez? e deixar a Madama Canning (*Nota 1*) o cuidado de defender ás inconsequencias de seu marido. Que couza mais scandalosa e ridicula do que mandarem-se 10,000 Inglezes a Lisboa, e ver depois hum embaixador inglez ser o portador de hum carta constitucio-nal retocada no Brazil; e ouvir dizer a Mr. Canning

“ que a Inglaterra se não metia de forma alguma nos negocios de Portugal, nem na constituição, e que os soldados não ião a Lisboa, senão pela *causa fœderis*;” *risum teneatis amici*.

O caso he que, durante o tempo que Sir Charles Stuart esteve em Lisboa em 1825, na sua viagem ao Rio de Janeiro, se forjou a famoza carta constitucional, e esta, como devendo ser huma indemnisação, que pedia a facção e os ministros que governavão el Rey o Senhor Dom João VI pela inteira separação do Brazil, e que os taes ministros, e a facção dezejavão conseguir afim de se verem livres de hum principe que os tinha já lançado fora dos seus clubes, e a quem elles sabião muito bem havia de pertencer, mais tarde ou mais cedo, o trono portuguez, vindo igoalmente assim a contentar o principê Dom Pedro, que não pensava em outra couza senão em ser reconhecido independente.

El Rey Dom João VI era totalmente ignorante desta intriga: não tendo mesmo dado poderes alguns a Sir Charles Stuart para negociar a separação do Brazil; o que tinha dado, erão poderes para arranjar as differenças e mäs inteligencias que havia entre pay e filho, abuzando Sir Charles Stuart destes poderes limitados, a ponto que quando chegou o tratado da separação do Brazil, e isto primeiramente copiado nos jornaes inglezes, se não fez menção de similhante couza nos jornaes portuguezes, por parecer couza estranha, e que se não esperava, e até quando chegou o verdadeiro tratado, el Rey se oppoz a ratificalo, não o vindo a fazer senão á força de ameaços, que lhe fizerão os ministros, repetindo o celebre Barradas hum grande discurso em Mafra a el Rey, cheio todo de figuras de terror e ameaços; o que o acabrunhou immenso: e isto junto com

o que o perseguirão e moerão à cerca de seu filho, que se achava então em Vienna, e o mais que lhe fizerão, o levarão a sepultura ! O que tudo faz bem ver o que, há muito, meditavão os facciosos : porquanto logo que elles tinhão trabalhado em fazer desterrar para fora de Portugal o principe Dom Miguel, cuidarão em que Mr. Canning s'interessasse para com el Rey de Portugal, por via de Sir William A'Court, a que desse huma constituição a Portugal, constituição que a facção considerava como a sua salvaguarda contra o poder do principe Dom Miguel, e huma garantia á impunidade das suas conspirações, de maneira que, sendo quazi todos os dias importunado com as reiteradas instancias do embaixador inglez, para acabar com tanta importunação, segundada pelos ministros Ex-Palmella &c. se determinou a publicar a Carta de Ley de 4 de junho de 1824 ; na qual el Rey dizia “ Declaro em vigor a antiga constituição do reino, reconhecendo a necessidade de convocar os tres estados do reino, &c.” He digno de notar que n'este mesmo anno tendo el Rey nomeado huma junta especial encarregada de preparar o projecto de huma ley constitucional accommodada á forma dos governos representativos deveo-se a falta d'execução d'isto ao Ex-Palmella, que era o presidente desta junta, porquanto foi elle o que se oppoz fortemente à isto, como o escritor o sabe muito bem, e pode affirmar : isto porque era entam ministro e tinha todo o poder absoluto ; mas 18 mezes depois, e quando já não era senão hum pequenino homem sem poder nem autoridade, ei lo n'hum instante metamorfozeado em hum dos primeiros coripheos do liberalismo ! Hum homem que esteve em prizam ou degradado 12 mezes por ordem dos liberaes de 1820 ! que allegavão por crime o ser o maior instrumento do despotismo ! Porem

eis aqui como são hoje todos os liberaes; quando não podem ser despôtas, fazem como a rapoza.

Depois de tudo isto, como haverá quem ouze dizer que Mr. Canning não conhecia a intriga ao sair de Londres para o Brazil Sir Charles Stuart? Eu posso assegurar, porque o sei, que a famoza carta fora forjada em Lisboa d'acordo entre o Ex-Palmella, Barradas, Porto Santo e Sir Charles Stuart; e que fora este ultimo o que a levaria ao Brazil! Eis a razão porque, tres dias depois de se conhecer no Rio de Janeiro a morte d'el Rey o Senhor Don João VI, se publicou a tal carta constitucional, que Sir Charles Stuart reconduzio a Lisboa com toda a repugnancia (como elle dizia.)

Tudo que Mr. Canning disse depois, e que os outros ministros tem repetido, não he senão hum jogo diplomatico. O que Mr. Canning queria era a emancipação do Brazil, e privar Portugal desta possessão, huma vez que conseguisse este fim, o mais era-lhe insignificante: he por isso que tanto que fingia por hum lado desaprovar a conducta do embaixador inglez, por outro lado se deixava conhecer, tanto que até depois da sua morte se nomearão Lords os dous agentes inglezes, que mais trabalharão na separação do Brazil e na impurração da carta Brasileira: isto porque assim o tinha prometido antes de morrer, não tendo ousado na sua vida fazer estas nomeações por lhe parecer isto muito calvo.

Portanto, que Mr. Canning favoreceu a instalação em Lisboa da Carta Brasileira, não admite alguma duvida: porem isto não he, nem deve ser razam para que hum outro ministerio deva pugnar pelas faltas, nem mesmo seguir as que commetteu Mr. Canning e Lord Goderich, protegendo huma banda de revolucionarios, a quem bem pouco lhe importa carta alguma, Dom Pedro, nem sua filha,

mas sim e somente livrarem-se do jugo de hum Soberano que, conhecendo-os assaz, os saberia bem conduzir. Faço huma idea bem miseravel destes Senhores que se chamão liberaes, em suporem que os rebeldes portuguezes tem sido sacrificados aos seus principios e opiniões ! Quaes tem sido estes principios e opiniões de 600 soldados, que tem seguido as bandeiras dos rebeldes unicamente porque forão comprados com o dinheiro que roubarão em Portugal os seus dignos chefes ?

Todos os argumentos e sophismas da opposição cahem por si mesmo, quando se diz, que os revolucionarios de Portugal tendo sido animados por meio da conducta de Sir Charles Stuart e dos discursos de Mr. Canning, a Inglaterra os deve proteger.

Estou quazi certo de que o governo actual obrara de hum modo bem differente hoje daquelle, como fallava outro tempo por spirito d'oposição ao ministerio, e conhecera que não he responsavel pelas volubilidades de Mr. Canning, e que a honra ingleza não consiste em ser obstinaz em sustentar e deffender as faltas de qualquer ministro : muito feliz o ministerio de as conhecer, e seguir hum outro caminho. He hum modo de raciocinar o mais extravagante, chamar hum ministro ou hum embaixador Inglez Inglaterra : não he, torno a dizer, huma razão porque hum ministro tem protegido o partido revolucionario em Portugal, para que a Inglaterra haja de continuar a obrar da mesma forma. (*Nota 2.*)

Já fica ditto, que a primeira idea de carta veio dos revolucionarios portuguezes, que em troca da separação e roubo do Brazil (em que só pensava Mr. Canning) exigião huma constituição de fabrica estrangeira, julgando que com ella se livrarião do poder e governo do Principe o Senhor Dom Miguel; carta porem que os Portuguezes detestavão e

rejeitarão, como era d'esperar, tendo, como tinhão, huma carta e constituição de Lamego de 7 seculos de duração.

Portanto se Mr. Peel tivesse fallado com franqueza, diria que desde 1703 o governo inglez se metera sempre, mais ou menos, nos negocios particulares de Portugal, fazendo pôr e depôr ministros á sua vontade; isto porque achou sempre o governo portuguez disposto a soffrer similhante ascendencia. Mr. Canning, que tantas vezes disse no Parlamento em 1826, que a Inglaterra não tinha direito de se entremeter nos negocios de Portugal, e que elle nunca se havia de entremeter, era o mesmo, que em 1825 tanto tinha insistido com el Rey o Senhor Dom Joao VI, por via do embaixador inglez, para que pözesse fora do ministerio o primeiro ministro: isto por suppor hum crime ao governo portuguez o ter elle mandado, ou, para melhor dizer el Rey, alguns Portuguezes ao Rio de Janeiro, com cartas a seu filho; allegando, como incompetente, esta conducta, logo que o governo inglez estava encarregado de arranjar as differenças entre Portugal e o Brazil, que el Rey se correspondesse com seu filho e vassallo, querendo assim que el Rey de Portugal se privasse de todo o direito que tinha, senão de Soberano, ao menos de pay, e se constituísse hum mero cliente do governo inglez! Porem a razam de similhante ouzadia era o estado de submissão, em que achou sempre o governo portuguez, salvo no tempo d'el Rey Dom José. He verdade que o governo inglez tinha mandado em 1816 huma nau ao Rio de Janeiro para el Rey voltar á Europa, sem elle a pedir, nem precizar, e que a ditta Nau voltou como foi: no entanto esse tempo era bom tempo; porem quando el Rey de Portugal tinha por ministros tratantes, succumbio-se a toda a indignidade.

Mr. Lamb protegendo e animando em 1828 os revolucionarios portuguezes a abandonarem Portugal, servindo a

sua caza de refugio aos inimigos do estado, que fazia elle com isto, senão entremeter-se nos negocios de Portugal, abuzando do character do seu lugar! Mr. Peel mesmo e os seus collegas pretenderão algum tempo obter, ou, para melhor dizer, impor ao governo de Portugal huma amnistia para os rebeldes e revolucionarios portuguezes; e que era isto tudo senão entremeterem-se nos negocios de hum paiz independente?

Dezejava bem que os radicaes ou revolucionarios inglezes detodas as côres e de todas as camaras quizessem considerar que o resultado de huma guerra contra Portugal e contra a Peninsula Hespanhola não seria huma couza tão insignificante como elles pensão, e como tanto á toa avançou hum certo Carnarvon: muito mais hoje que não he tam facil atemorizar os soberanos com esquadras e tomadas de colonias, quando elles tem sido roubados e privados dellas por intervenção do governo inglez! Senão que nos digão estes senhores, quando he que os inglezes se senhorearão de Portugal á força, e quando os Portuguezes o deffenderão? Porquanto o desembarque de Sir Arthur Wellesley na Figueira em 1808 foi devido á protecção que lhe prestarão os Portuguezes, desembarque que se tornou funesto por não terem as autoridades portuguezas stipulado condição alguma, e por isso se vio o resultado com a famoza e scandalosa convenção de Cintra.

Estes radicaes pois s'engañão muito com as suas repetidas expressões de guerra, guerra, &c. porquanto devem saber que à tantos soldados inglezes, que apparecerião nas bordas do Tejo, Douro, Guadiana, e Mondego outros tantos milhares de portuguezes e hespanhoes lhe sahirão as encontro e farião pagar caro huma ouzadia procedida da muita fraqueza passada e demaziada condescendencia, e pode ser que então se visse acabar a separação entre

Portugal e a Hespanha, separação que não tem durado senão para vantagem da Gram-Bretanha! Quem sabe qual seria a sorte dos Inglezes se as duas nações se unissem? Que acconteceu a Buonaparte na Peninsula, ainda que acompanhado por 400,000 Francezes? Todavia quero me persuadir, que estes mesmos que, outro tempo, tanto e tantas vezes dizem no Parlamento, que os Inglezes não têm direito algum de se entremeter nos negocios internos de algum paiz serão consequentes, e que o Duque de Wellington os informará (tendo muito mais conhecimento da Peninsula e dos sentimentos das duas nações do que elles) que he á nação portugueza, á sua bravura e boa vontade, e aos seus immensos sacrificios, que elle Duque de Wellington deve o seu nome, a sua fortuna e gloria, e a Gram-Bretanha a sua salvação; pois que fora em Portugal, aonde começarão as suas victorias e a perda de Buonaparte; sendo o crime hoje desta mesma nação o rejeitar huma criança que huma facção queria á força impurrar-lhe por soberana, e o ter acclamado por soberano o principe a quem pelas leys fundamentaes de Portugal unicamente pertencia o trono. Accrescentarei alem disto, que o Duque de Wellington deve se lembrar que a maior parte dos rebeldes Portuguezes e da facção (que forjou o Decreto de nomeação da Regencia em nome d'el Rey ja morto, e que offerecerão ao Imperador do Brazil hum trono que por nenhum titulo lhe pertencia) são os mesmos que combaterão debaixo das ordens de Massena e Soult, contra o exercito anglo-portuguez.

Quanto á sympathia que Mr. Peel disse achar em Inglaterra em favor da pequena, que serve de mola real aos revolucionarios portuguezes, lhe responderei, que esta

sympathia he grangeada com a leitura das tiradas todos os dias inseridas nos jornaes inglezes prostituidos com o dinheiro e fundos que tem roubado aos proprietarios das açoes do emprestimo portuguez-brasiliense; e que he pena que esta mesma criança não achasse antes sympathia entre os Portuguezes do que entre estrangeiros.

S. S. Mylord Holland me permittira de lhe dirigir algumas palavras á cerca das expressões de que se tem servido no Parlamento, tanto a respeito de Portugal, como do seu Soberano; expressões que não mostram, nem hum grande educação, nem boa companhia. Primeiro que tudo assegurarei a S. S. que o Principe Dom Miguel he e continuará a ser Rey de Portugal, a pezar de toda a opposição de Mylord e Comp^a. Em segundo lugar, que a Casa d'Hanovre se acha hoje sobre o trono da Gram-Bretanha em virtude do que Mylord Holland chama usurpação, isto he, em consequencia da decizão do Parlamento Inglez, devendo notar, que as Cortes de Portugal chamarão ao trono o Principe a quem elle pertencia pelas leys do paiz, quando o Parlamento Inglez, expulsando James II e a sua familia do trono, não fez senão seguir a impulsão e a ascendencia da facção dos Whigs.

Mylord Holland devia ser hum pouco mais consequente com os seus principios e oppiniões de 1803; isto he, com os principios, que S. S. por muitas vezes avançou no parlamento, que “pertencia ao povo e sómente a elle o direito d'escolher os seus soberanos.” E por que consequencia não quer hoje Mylord Holland permittir á nação Portugueza este direito? quem será melhor e mais competente juiz dos direitos do Principe Dom Miguel? a nação Portugueza, ou humá sucia tal, como Lords Hol-

land, Palmerston, Carnarvon, Messieurs Burdett, Mackintosh, O'Connell &c ? que comparação existe entre o Principe Dom Miguel e Buonaparte ? o Principe Dom Miguel foi elevado ao trono conforme as leys de Portugal ; Buonaparte á força d'armas e da sedução. O Principe Dom Miguel he filho d'hum Rey ! Buonaparte era filho de hum notario d'Ajaccio ; no entanto Lord Holland em consequencia dos seus principios de liberalismo estava furiozo em ver que o governo inglez não queria reconhecer o seu heroe ! O Principe Dom Miguel para Mylord Holland he hum usurpador, e Buonaparte hum principe legitimo ! Eis a qui as ideas de legitimidade, que tem estes senhores chamados liberaes !

Em fim Lord Holland he hum daquelles que, ha 26 annos, se mostravão os maiores amigos do Principe de Galles, unicamente para o incitarem a pôr-se á testa da opposição contra o governo de seu pay e soberano.

Quanto á lista dos 24 Portuguezes que Lord Holland diz ter em seu poder, aconselho-o de a guardar bem, porquanto, pelos tres que elle nomeou, isto he, Ex-Palmella, Funchal, e Villa Real, se pode facilmente fazer idea do resto. Deixando o ridiculo que ha em chamar o Ex-Palmella coadjutor de Lord Wellington na terminação da guerra da Peninsula, *risum* ! limitar-me hei a citar hum facto, que fará ver bem que taes são os clientes de Lord Holland : vem a ser : que o Ex-Palmella tinha o costume, quando era embaixador em Inglaterra, de pedir ao Principe Regente de Portugal *em nome do Principe Regente d'Inglaterra* varias ordens e commendas para officiaes inglezes e outras pessoas, ao que sempre, com a sua costumada generozidade, annuia o Principe Regente, ainda que lhe parecia assaz extraordinario, que o Principe Regente d'Inglaterra lhe houvesse de pedir similhantes couzas, sem

aliás lhe ter ainda enviado a ordem da jarretière, tendo lhe mesmo o Principe Regente de Portugal mandado as tres primeiras ordens do reino. Quem escreve estas linhas pode affirmar o acima ditto a Lord Holland, pois o ouvio dizer ao Principe Regente de Portugal.

Tenho o maior sentimento, por todas as razoes, pela infasta morte de S. M. George IV, mas principalmente porque seria S. M. o melhor juiz da honroza conducta do Ex-Palmella.

Quanto a Funchal e Villa Real, estou certo que Lord Holland ou está mal informado, ou quer ser obstinaz em deffender similhante gente: porquanto direi a Mylord, que a educação dos Roevides não fôra jamais em favor d'instituições liberaes, o que elles sempre pertenderão foi, o vêr os maiores e mais rendozos lugares do estado occupados pela sua familia, o que conseguirão desde o reinado da Senhora Dona Maria I até a morte do Senhor Dom João VI, á força das suas maximas de servilismo ás nações estrangeiras, e do seu espirito intrigante: hoje porem, como el Rey o Senhor Dom Miguel os conhece, tem seguido o exemplo da rapoza e de Lord Holland! que he hum velho rapoza (Fox) (*Nota 3*). Fazer o elogio de tres renegados Portuguezes em consequencia da sua adhezam, como diz Mylord, á Inglaterra, não era o que se devia esperar de hum dos primeiros coripheos do patriotismo e liberalismo.

Quanto ao que disse Mylord do *Comité Directeur* e outros taes, lhes responderei no mesmo sentido, que o Senhor D. Miguel 1º he Rey de Portugal e continuará a se-lo, e que para isto não tem precisão alguma da approvação de revolucionarios estrangeiros; e que o reconhecimento do mesmo Senhor pelo governo inglez he muito mais interessante á Gram-Bretanha, do que he a

Portugal. Se Mylord do *Comité Directeur* e companhia não comprehendem isto, entam leião a historia, e consultem os negociantes inglezes que tem estado estabelecidos em Portugal, e então conhecerão quem he que tem ganhado mais, há seculo e meio, Portugal ou Inglaterra, e quem he que deverá perder mais com a indifferença que o governo inglez mostra em reconhecer o governo portuguez !

Vamos agora a dar duas palavras em resposta à hum apostata da realza, mas que vem de pagar bem caro a confiança que teve nos revolucionarios da França, na esperança de se vingar de Mr. de Villèle.

Mr. Hyde de Neuville, não se achando com coragem de confessar as suas faltas politicas, deveria entam calar-se, e não querer fazer se celebre. Mr. de Neuville servio em Lisboa de instrumento á facção, quando aliás o seu dever, como representante do Rey de França, era de fazer todo o possivel por esmagar a revolução que novamente se ia desenvolvendo em Portugal, e que outro tempo o tinha obrigado a deixàr a França e ir ganhar o seu pam nos Estados Unidos da America, abrindo huma escola de meninos.

Pensei outro tempo que Mr. de Neuville tinha sido enganado pelos intrigantes da còrte de Lisboa, mas não, pois-que avançou na Camara dos Deputados, que tinha aconselhado a el Rey o Senhor Dom João VI de se ir refugiar a bordo da nau ingleza o Windsor Castle, afim de que el Rey chamasse ahi seu filho o Senhor Dom Miguel, e de fazer sahir o mesmo Senhor para França em huma fragata, e de mais a mais accompanhado de hum seu secretario Mr. Gros : e o que he mais scandalozo, a hum principe que tinha expulsado de Lisboa a revolução

e aberto o caminho de Cadiz a S. A. R. o Duque d'Angoulême: porquanto sem a coragem do Senhor Dom Miguel de 25 de Maio de 1823, as côrtes revolucionarias de Madrid se terião no ultimo extremo refugiado em Lisboa, e Mr. de Neuville não teria entam jamais sido enviado como embaixador a Lisboa. Foi o mesmo Mr. de Neuville que teve a fraqueza de fazer dar huma ascendencia extraordinaria a Inglaterra, ainda maior do que já tinha, fazendo que huma nau de guerra ingleza se tornasse hum prizam real! He verdade que o governo inglez teve vergonha de huma tal conducta, e por isso teve o bom senso e a dignidade de fazer depôr o embaixador inglez Sir Edward Thornton do seu lugar, e que o Rey de França fizera riscar Mr. de Neuville da lista dos embaixadores, ainda que depois, com a ajuda da facção liberal, Mr. de Neuville appareceu ministro da marinha, lugar aonde mostrou bem os seus principios.

Vamos a seguir, ao pé da letra, Mr. de Neuville no seu famozo discurso que repetio na Camara dos Deputados, e que alem disso fez imprimir e publicar em hum folheto, "Dirão (os partidistas da usurpação) e se atreverão elles a dizer que S. A. R. não se achava livre em Vienna? Respondo a esta alta injuria, feita e dirigida a S. M. o Imperador d'Austria por homens que não respeitão couza alguma, respondo digo, que basta ler os despachos do Principe de Metternich ao Principe Esterhazy, datados de Vienna de 18 d'Outubro 1827, para se ver a falsidade e o absurdo de huma tal accusação." Eis aqui o que se chamão argumentos e provas contraproducentes: he aonde chega a desgraça ou audácia de allegar os despachos de 18 d'Outubro de 1827, datados de Vienna, quando por elles mesmo he que se prova o contrario, isto he, que o Principe

Dom Miguel não se achava livre e Senhor da sua vontade em Vienna!

“Toda a Nação Portuguesa (continua elle) proclamou Dom Pedro auzente, mesmo como estava do reino, e somente depois d’entrar em Portugal o Principe Dom Miguel à força d’intrigas e armado de terror, he que pôde obter que hum facção o salvasse Rey. Que nos digão pois estes distribuidores de coroas quem se atreveu a levantar a voz, assim que morreu Dom João VI, em favor do Principe Dom Miguel? e assim mesmo, depois da sua usurpação, quantos corações não batem em Portugal, no Brasil, e na Terceira aonde se refugiou a honra portugueza, emfin nos dous mundos por esta princezinha destinada (como espero) pela providencia a consolar hum dia o Portugal e a humanidade?”

Não se pode ter mais audacia e insolência do que hum tal renegado realista ouzar chamar nação portugueza à hum facção, e *vice versa*, e hum ajuntamento de faccinozozos! Como se podia levantar hum voz à morte, ou para melhor dizer, ao assassinio do Senhor Dom João VI, em favor do Senhor Dom Miguel, quando os mesmos que tiverão a morte d’el Rey encuberta 3 dias, desde 6 até 10 de Março, erão os maiores inimigos de seu filho, e aquelles mesmos que forjarão hum decreto de regencia para excluir a rainha, a quem sabião pertencia na auzencia do Senhor Dom Miguel, e que tinham tomado todas as medidas as mais violentas para que se não podesse declarar a nação: senão que diga M. de Neuville o que chama elle a conducta que se teve para com hum honrado portuguez, que gritou que el Rey não tinha assignado o Decreto de Regencia, nem podia, porque já estava morto? E o que fizerão a outro Portuguez, que disse em publico, que era ao Senhor Dom Miguel, e só a elle, a quem pertencia

a regencia e o reino: alem disso o que chama M. de Neuville' a conducta de milhares de Portuguezes, que para evitarem huma guerra civil e o sangue dos seus compatriotas, tomarão o partido de se refugiarem em Hespanha, acclamando por toda a parte o Senhor Dom Miguel, como unico e legitimo Soberano de Portugal! Que arrojo e dezaforo em profanar o nome sagrado de honra portugueza e aviltar este nome, dando-o á canalha que se refugiou na Terceira!

Emfim todo o discurso de M. de Neuville está cheio de palavras ócas e de sophismas, e que nada significão, acabando com citar as antigas Côrtes de Lamego, que de certo M. de Neuville nunca lêo, e mesmo se o fez não as entende: porquanto se as tivesse entendido, não teria o arrojo de dizer que as Côrtes de 1828 tinham mudado a ordem da successão ao trono portuguez.

A ordem da successão (dizei a M. de Neuville), depois das leys fundamentaes, he que quando hum Principe vai reinar em hum paiz estrangeiro, perde todo o direito, assim como os seus descendentes, ao trono de Portugal, vindo a pertencer a seu irmão ou irmã. “Vejamos (diz elle) o que diz esta ley de Lamego? Ella diz, pela boca d’el Rey Dom Affonso 1º, que, “jamais hum estrangeiro poderá ser Rey de Portugal, “poisque são os nossos vassalos e compatriotas os que, sem ajuda d’alguem, mas unicamente pelo seu valor e á custa do seu sangue, nos fizeram Rey.” “E no cazo (continua Dom Affonso) que o Rey de Portugal não tenha filhos varões, mas sim huma filha, ella será entam rainha, depois da morte d’el Rey seu pay, comtanto que ella caze com hum Senhor Portuguez, afim de que jamais Principe algum estrangeiro possa vir a ser senhor do reino.” E depois deve saber M. de Neuville, que nas cortes de Lisboa em 1641 se declarou; art. 1º.

Que “ a successão não poderia jamais pertencer a hum príncipe estrangeiro, nem a seus filhos, fossem elles os parentes mais chegados do ultimo Rey ; e que no cazo que o Rey tivesse a herdar, ou succeder à huma outra coroa ou hum maior imperio ou reino, seria obrigado de viver sempre em Portugal, e tendo dous ou mais filhos varões, o mais velho iria reinar no reino estrangeiro, e o segundo reinaria em Portugal, sendo elle o unico que se deveria reconhecer por herdeiro !” Tendo-se ditto já nas Côrtes de Coimbra (1385) que “ o pertendente à coroa, para ser digno desta honra e dignidade, devia ser valerozo, illustre, de bellas qualidades e optimos costumes : que tenha a affeição do povo, e mais que tudo, que se occupe na defeza e na conservação do reino.”

Ora á vista de tudo isto, e do tratado da independencia do Brazil em 1825, poderá Mr. de Neuville negar que o Imperador do Brazil he hum Príncipe estrangeiro a Portugal, assim como sua filha, e não só estrangeiro, mas até nada bem visto, como aquelle que por huma ambição sem limites enfraqueceu o Portugal privando-o da sua mais bella possessão, que tanto sangue custou aos Portuguezes ; e que as condições da ley de Lamego de 1143 e dos Estados de Lisboa em 1641 são em tudo e por tudo applicaveis ao Imperador do Brazil, e á sua descendencia.

Mr. de Neuville creio que está no cazo dos rebeldes Portuguezes, os quaes quizerão offerecer o reino a Dom Pedro, e mesmo o offerecerião ao mais desprezível ser, só para evitarem que o Senhor Dom Miguel, a quem unicamente pertencia, fosse Rey. Mr. de Neuville, por espirito de partido, tem abandonado hum pouco os seus principios de realismo, e hoje guiado por este mesmo espirito, talvez assaz tenha contribuido para a desgraça dos Bourbons, de que nos queremos persuadir estará hoje assaz arrependido. Estes rebeldes Portuguezes, ou por outra, os heroeas de

Mr. de Neuville, são os mesmos e da mesma laia que em 1822 vociferarão, com as mais grosseiras calumnias, contra aquelle que elles entam chamavão rebelde e que tinha usurpado a autoridade a seu pay, e à nação portugueza: no entanto em 1825, quando elle tinha arruinado a monarquia, reduzindo-a a hum terço, entam estes rebeldes, que Mr. de Neuville tem a audacia de chamar a honra portugueza refugiada na Terceira, applaudirão a esta obra patriotica!

SEGUNDA PARTE.

Estes senhores, que tantas asserções, e tam gratuitamente, tem avançado acerca do que elles chamão usurpação do trono portuguez, não estarão ainda persuadidos que os Portuguezes não querem outro soberano, senão o Senhor Dom Miguel? Se os taes senhores não conhecem as leys fundamentais do reino de Portugal, e por consequencia o direito que, segundo ellas, tem o Senhor Dom Miguel ao trono, devião ao menos saber, que se tem passado tres annos, depois que o principe subio ao trono, do consentimento unanime dos tres estados do reino, e que se mantem cada dia mais firme no mesmo trono, sem ajuda alguma outra do que a da nação: e que por tanto era tempo, e mais que tempo, que o governo inglez abrisse os olhos aos seus proprios interesses, renovando as suas antigas relações com o Portugal, relações de que a Inglaterra sempre tirou mais vantagem do que Portugal.

Podem os ministros inglezes responder pelo resultado e pelas consequencias desta indifferença? Tinha o Duque d'Orléans mais direito a ser reconhecido Rey dos Francezes, que não tem o Senhor Dom Miguel para ser reconhecido Rey de Portugal? O primeiro foi proclamado Rey por huma fração e facção da Camara dos Deputados e dos Pares que não tinhamo mesmo poderes para tal. Buonaparte,

usurpador mesmo como era, nunca reconheceu direito assaz ao Senado para o nomear Imperador, mas vio se obrigado a recorrer aos suffragios do povo, suffragios todavia, que obteve com a força armada. O Senhor Dom Miguel fez convocar os Tres Estados da nação, afim de decidirem a quem he que pertencia o ser Rey de Portugal: devendo-se advertir, que nesse tempo da convocação dos Tres Estados não havia hum só soldado em Lisboa. He verdade que algum tempo depois, foi Portugal assaltado por huma banda de revolucionarios, porem tambem he verdade, que forão batidos pela tropa realista e pelo povo, e que por milagre poderão escapar e fugir para Inglaterra, sem que tenham querido tentar outra, que naturalmente lhe custaria mais caro.

Haverá talvez quem diga, que o governo inglez tinha já reconhecido por rainha de Portugal a filha do Imperador do Brazil; porem a isto responde-se: 1º Que este reconhecimento fôra precipitado e sem conhecimento de cauza: 2º Que tambem, o governo inglez tinha reconhecido Carlos X, como legitimo Rey de França, e não só reconhecido, mas até feito despendar á Inglaterra muitos milboẽs e derramar o sangue a muitos mil inglezes com o fim de dar conta da dinastia de Buonaparte, e restabelecer a dos Bourbons: no entanto todos estes reconhecimentos e todos estes sacrificios tem sido esquecidos, e frustrados, e tudo tem sido sacrificado à huma paz ephemera e a interesses provisorios da Inglaterra. No entanto se Portugal não pode intimidar a Inglaterra com huma guerra, pode ao menos fazer assaz de mal aos interesses da Gram-Bretanha: 1º se se unisse á Hespanha: 2º: passando-se das suas manufacturas, e indo se prover na Alemanha, ou nos Estados Unidos.

Quanto ao fallar-se em reconhecer o governo portuguez com a condição de huma amnistia, he não so audaciozo

mas inconsequente, depois das expressões de não se dever entremetter nos negocios de nação alguma : quando hum governo reconhece hum outro e os seus direitos, he a este ultimo que compete fazer o que muito melhor lhe convem, e jamais consentir á sua degradação, admittindo dictames de governo algum. He do interesse do Soberano de Portugal, e proprio do seu elevado character, de perdoar a miseraveis, que forão seduzidos por scelerados, no entanto he fora do seu poder perdoar aos cabeças e chefes que tem grangeado a execração dos Portuguezes, com a sua escandalôza conducta, e que tem sido a cauza da ruina de Portugal ; porquanto no cazo mesmo que el Rey lhe quizesse perdoar, o pôvo os sacrificaria ao seu justo sentimento, e estou bem persuadido que os taes chefes não ouzarão já mais de se irem apresentar á nação portugueza.

Eu quizera que o governo inglez, que sem duvida se deve occupar dos interesses da nação, reflectisse nos resultados da sua pressa a reconhecer em 24 horas o governo revolucionario de França, e da indiferença e demora em reconhecer o governo legitimo de Portugal: porquanto, com o primeiro proceder já se tem visto terem chamado á Inglaterra os incendios da Normandia, os quaes tem mesmo sido aqui excedidos, e feito deenvolver por toda a parte a revolta, fazendo-se até arvorar pela primeira vez em Inglaterra o emblema de anarquia, isto he a *bandeira tricolor*, e animando a esperanza dos revolucionarios da Irlanda, e quem sabe aonde isto irá dar ! e pela demora em reconheer o Rey de Portugal, o governo inglez se tem exposto a perder a consideração e força moral, que sempre teve em Portugal, ha seculo e meio, tendo até com semelhante demora animado o commercio da França e da Alemanha com Portugal ; o que não acconteceria, se a Inglaterra tivesse obrado d'outra maneira.

Alem disto o tratado de 1810, d'infausta memoria para Portugal, no qual os direitos sobre as fazendas inglezas forão reduzidos de 23 a 15 por 100, terminou em 1825, isto he o mesmo que dizer, que ha 5 annos que o governo portuguez consente, contra o interesse da nação, na continuação do ditto tratado, semque o governo inglez se queira lembrar, que, se hum governo verdadeiramente constitucional existisse algum dia em Portugal, este ditto tratado cessaria immediatamente d'existir. Senão, que o governo inglez se queira lembrar da resolução que as Côrtes de Lisboa tomarão em 1822 de fazer participar ao governo inglez que " não somente o tratado de 1810 devia cessar em 1825, mas que mesmo até então as fazendas de tecido de lãa inglezas não devião pagar menos de direitos do que 23 por 100, como pagavão antes do tratado de 1810"; e que se queira igoalmente lembrar, que em consequencia da determinação que tomou o governo francez de enviar tropas em Hespanha afim de se unirem ao exercito realista para destruir de todo a facção constitucional, estas mesmas Côrtes propozerão ao governo inglez de deixar in *statu quo* o tratado de 1810, com tanto que este ultimo se oppozesse á que o exercito francez invadissee Portugal para perseguir o governo constitucional; propozição á que o governo inglez de mui boa vontade annuo. (*Nota 4*). No entanto, a pezar de toda a protecção do governo inglez, o Principe e a nação portugueza, sem algum soccorro estrangeiro, deitarão as Cortes e a facção constitucional por terra; e a não ser a morte d'el Rey Dom João VI em Março de 1826, o ditto tratado não continuaria a existir; porquanto a nação se tinha altamente pronunciado contra, e a razão de ter continuado no tempo da regencia foi em consequencia da protecção que a facção e a Regente

querião obter da Inglaterra, á custa dos maiores interesses da nação. O Príncipe Dom Miguel, assim que subio ao trono, se empenhou de dar á Inglaterra a maior prova da sua consideração ao governo daquelle paiz, permittindo que continuasse o tratado de 1810, a pezar da opinião publica ser toda contraria á continuação de hum tal tratado, que causava a ruina da industria portugueza.

O tratado de 1703, ou de Methuen, foi hum golpe fatal a Portugal; como se vê pelos dous artigos que elle contem. 1º. Artigo “S. M. o Rey de Portugal promette, tanto em seu nome, como dos seus successores, de admittir para sempre no ditto reino e nos seus dominios as mercadorias de lã de manufactura inglesa que até aqui serão prohibidas pelas leys do estado, com a condição, todavia, isto he.” Artigo 2º. Que S. M. o Rey da Gram-Bretanha se obriga, tanto em seu nome, como no dos seus successores, de admittir para sempre nos estados d’Inglaterra os vinhos portuguezes, sem que em algum tempo, seja que a Inglaterra e a França estejam entre si em paz, ou em guerra, se possa exigir por estes vinhos, em forma de direitos de entrada ou outros quaesquer, directa ou, indirectamente, seja que a importação se faça em pipas, almudes, ou baris, que aquillo que for exigido pela mesma quantidade dos vinhos de França, deduzindo hum terço dos direitos que pagarem os vinhos francezes.” Donde se vê que as leys d’estado, nos bellos dias de Portugal, prohibião a importação das manufacturas de lã d’algum paiz estrangeiro. A condição de tomarem em troca os vinhos de Portugal com a clausula acima, he de huma vantagem fantastica; porquanto não somente a industria portugueza, fundamento da riqueza nacional, se anniquilava com a introdução das lãs manufacturadas, mas igoalmente a agricultura soffria muito, pois que todos os

proprietarios plantavam em preferencia a vinha e abandonavam a cultura do trigo, ao ponto de ser obrigado el Rey Dom José de fazer arrancar as vinhas de muitas mil geiras de terra, que erão muito mais proprias para trigo do que para vinha: no entanto este dezastre tinha ao menos o contrapezo de que as mercadorias inglezas pagavão 23 por 100 de direitos; o que ainda fazia aventurar hum pouco os fabricantes portuguezes; porem com o tratado de 1810 deu se o ultimo corte na industria portugueza, isto he, este celebre tratado, pelo qual o *bom e patriota* Funchal reduzio os direito d'alfandega de 23 a 15 por 100. He verdade que neste mesmo tratado de 1810 se stipulou que elle acabaria no fim de 15 annos, ou continuaria, segundo a vontade das partes contraentes; porem he igoalmente verdade que, à pezar da total ruina que este tratado tem causado a Portugal, a nação portugueza continua a soffrer o jugo de hum governo, que em lugar de em algum modo o suavizar, não cuida senão em dirigir continuos insultos á nação portugueza e ao seu Soberano, sem dignar-se mesmo reconhecer hum governo, cuja maior falta tem sido a sua demaziada consideração á Gram-Bretanha; todavia o governo inglez deverá lembrar-se, que os tempos são outros; que a possessão do Brazil foi arrancada a Portugal por intervenção da Inglaterra, e que por tanto o governo portuguez não se acha mais ligado a soffrer insultos, agora que elle não receia já de perder colonias que lhe forão tiradas, e por isso deverá daqui por diante olhar para a sua propria protecção e do seu paiz natalicio, livrando-se de hum jugo que, além de o empobrecer, o en-vilece.

Quizera perguntar ao governo inglez como teria elle obrado se el Rey o Senhor Dom Miguel, adherindo à letra

do tratado, tivesse recusado a continuação, e tivesse reclamado a execução do antigo tratado, ou mesmo proposto de se fazer hum novo? Terse-ia elle conduzido mais hostilmente com el Rey de Portugal? Huma conducta differente daquella que tem seguido el Rey, para com a Inglaterra, talvez lhe tivesse merecido mais consideração; porque, regra geral, muito de condescendencia e de tolerancia não inspirão que desprezo; a prova vê-se na conducta energica que teve o Marquez de Pombal para com o governo inglez; e no entanto he este ministro o unico Portuêuez de quem se falla ainda hoje em Inglaterra com maior respeito. A fraqueza actual de Portugal he o resultado da cega consideração que o governo portuêuez tem tido, ha seculo e meio, para com o governo da Gram-Bretanha; de cuja consideração se tem seguido não só a ruina total da industria nacional, mas o que he peor, a degradação da nação, soffrendo continuados insultos dirigidos a ella e ao seu chefe, e isto por homens chamados ministros da Gram-Bretanha. Porem pode ser que a nação portugueza abra hum dia os olhos, e mostre a estes chamados ministros o que ella he ainda capaz de fazer para tomar o lugar que já occupou e deve occupar entre as nações independentes da Europa.

Que el Rey de Portugal queira tirar vantagem dos recursos naturaes de hum dos melhores paizes da terra; Que queira seguir o exemplo de seu augusto avô el Rey Dom José; animando a agricultura e o commercio, livrando-se assim das manufacturas da Inglaterra, e pode ser que então os Portuêuezes se não descuidarão em agradecer do fundo d'alma ao governo inglez, que pela sua indifferença e demora a reconhecer o seu governo e o seu soberano os fizerão accordar do lethargo em que tem estado.

O que he certo he que estes governos chamados liberaes estão sempre promptos a reconhecer a revolta e os revolucionarios, e jamais a ordem e a legitimidade, isto porque he a constante ordem do dia nos clubes a guerra declarada a estes dous ultimos objectos: e eis aqui a razão da grande pressa em reconhecer immediatamente, e até simpatizar com a revolução de Pariz, com a de Brusselas, e com a de Varsovia. Eu espero que para serem consequentes hajão de reconhecer a revolta d'Irlanda, e permittir que os Irlandezes tenham o seu O'Connell, como se permittio aos Suecos ter o seu Bernadotte; aos Francezes o seu Orléans; visto que o que se quer são Reys á moda e manufacturados nos clubes! He hum gosto particular, com que sempre ficarão os Whigs em Inglaterra, depois que expulsarão do trono a familia dos Stuarts!

Não me cançarei em o repetir, que a Princeza do Gram-Pará não he outra couza do que hum instrumento e huma desgraçada victima de que se servem os revolucionarios para os seus execrandos fins. E que estejam dezenganados os Whigs, e os revolucionarios, que ainda que a revolução seja hoje a ordem do dia em todos os paizes, que abundão de demagogos, em Portugal, graças á escoria revolucionaria que de lá tem saído, se alguma disposição ha que predomine, he o querer o povo ver-se livre do jugo e preponderancia estrangeira: e seguirem as lições que lhe derão os seus regeneradores em 1821, 1822, isto he que se podia passar muito bem sem a Inglaterra; como tem feito ver o governo portuguez nestes tres ultimos annos, mostrando á Europa o como Portugal tem feito face ás suas despezas, e aos seus inimigos, sem pedir emprestimo algum à Inglaterra, isto he, que pode subsistir pelos seus proprios recursos quando tem economia, e se não achão la ladrões d'estado, como hum Ex-Palmella e Comp^a, que

fumarão hum empréstimo de 24 milhões de cruzados em 1823. Devendo reflectir o governo inglez que he Portugal talves o unico paiz da Europa que se sostem sem empréstimos estrangeiros : circumstancia que por si mesmo devia fazer vêr ao governo inglez, como esta mal informado a cerca do estado de Portugal ; e que a sua indifferença para com aquelle paiz tem sido hum dos primeiros motivos para que a nação houvesse de olhar seriamente para os seus proprios recursos.

Em toda a parte do mundo civilizado forão sempre os liberaes os maiores inimigos da Gram-Bretanha e das suas instituições ; e a razão he clara e confirma o dictado “ Quem he teu inimigo ? O official do teu officio ; ” alem disto porque o escravo, emquanto tal, não conhecendo os seus direitos nem a sua força natural, não tem ciume do Senhor, porem logo que fica forro he o seu maior inimigo, isto porque a cada momento sonha no passado, e recea se renovar. O mesmo acontece a respeito das nações ; a Inglaterra pelas suas instituições, a pezar da sua gabada e fallada philantropia, he huma nação exulada e egoista em excesso, pregando todavia liberdade e prodigalizando constituições, mas que seja tudo submettido ao seu dominio e tridente. Os liberaes portuguezes conhecerão isto muito bem, e derão provas a Inglaterra em 1822 ; porquanto huma das primeiras medidas que tomou o governo constitucional, foi demittir do serviço portuguez todos os officiaes inglezes ; não deixando desembarcar Lord Beresford que chegava do Rio de Janeiro ; insultando-se os Inglezes residentes em Lisboa de hum modo assaz scandalozo : a admissam das fazendas de lã inglezas, se não era positivamente prohibida, ao menos o consumo se tornava como nullo, pelo que se animava a manufactura de huma fazenda nacional chamada Saragossa, vestindo se todos os liberaes com esta fazenda, e criticando e assoando todo qualquer

que usava de panno inglez, ou qualquer fazenda manufacturada em Inglaterra ; e em 1822 não muito tempo antes da constituição ir a terra, ameaçarão os constitucionaes o governo inglez, fazendo-lhe ver, como já disse, como as fazendas de laã devião pagar o dobro do estipulado no tratado de 1810, isto he, a antiga tarifa de 23 per 100. Taes são pois aquelles que fugindo da sua patria, vem recorrer aos Inglezes, não só para lhes prestarem soccorros pecuniarios, mais até armas e gente para fazerem huma guerra ao seu paiz ; e hum dia mais tarde ou mais cedo, pôrem fora de Portugal os Inglezes e as suas manufacturas ! Taes são os homens que o governo inglez protege ; quando o seu primeiro dever era proteger os interesses da Inglaterra e não os seus inimigos ! Taes são os heroes, com quem tanto simpatizão os escritores e journalistas das tavernas ! Emfim tal he a facção chamada constitucional, os quaes, quando forão repulsados por hum punhado de realistas, não fizerão que fugir vergonhosamente, abandonando peças e toda a bagagem só ao ouvir dizer que marchavão sobre elles os fieis batalhoës d'el Rey o Sonhor Dom Miguel, achando a sua salvação em hum miseravel barco de vapor que os reconduzio à Inglaterra, aonde vierão fazer a figura a mais ridicula : em quanto os pobres soldados, e aquelles a quem tinham seduzido com os melhores futuros, fizerão por escapar em barcos de pescadores, preferindo todos virem fazer de pobertoës e mendicantes em Inglaterra ao serem soldados e cidadãoes na sua patria.

Os argumentos que allegão os agentes da chamada re-gencia da Terceira, na esperança de verem se podem meter as mãos nas algibeiras dos Inglezes, com o titulo d'emprestimo, he o que se chama hum novo methodo de pagar o que se deve ; quando dizem que os proprietarios das acções do emprestimo portuguez brasileiro não

tem outro remédio senão recorrer a Portugal: quando devem saber os taes agentes da tal *ditta brejeira regencia da Terceira*, assim como o credulo especulador Mr. Maberley, que Portugal preencheu sempre e religiozamente os seus ajustes a respeito do emprestimo que contractou em 1823, até 1825, quando pelo tratado feito *nominalmente* entre Portugal e Brazil, e *realmente* entre Inglaterra e Brazil todo o emprestimo o tomou a si o governo do Brazil, conforme o 2º artigo da convenção addicional ao tratado, o qual diz assim “O emprestimo que Portugal contrahio em Londres no mez de Outubro de 1823 se deverá transferir ao erario do Brazil, e o resto, isto he, o que falta para completar os dous milhoões de libras sterlinas, que he a somma que se convencionou dever pagar o Brazil a Portugal, como hum das condições com que se reconheceu a independencia, se deverá pagar no espaço de hum anno, depois da ratificação do tratado.”

Portanto a falta de cumprimento a esta condição do tratado tem sido hum verdadeiro roubo, e ainda mais, se alem de ser feito pelo ex-Palmella, (*Nota 5*) he autorizado por Dom Pedro Imperador do Brazil, poisque he ao cumprimento d'esta condição que o Brazil deve a sua independencia, e elle o titulo d'imperador, condição pois que hum vez que não seja preenchida, perde elle os seus direitos, e o Brazil a sua independencia; e portanto a nação portugueza e el Rey o Senhor Dom Miguel tem todo o direito a reclamar a possessão do Brazil, poisque he principio do direito publico, que quando hum artigo de qualquer tratado se não cumpre, o dito tratado he nulo, e por consequencia todos os resultados.

Os verdadeiros homens d'estado estão muito bem persuadidos hoje, como o exemplo de Pariz da soberania do povo, ou para melhor dizer da canalha, comprada e

seduzida com o dinheiro de certa sociedade de Pariz em se oppor, com pedradas e tiros ás ordens do governo estabelecido, se tem communicado a quazi todas as nações da Europa, principalmente áquellas, de cujos governos tinham menos a queixar se, e aonde tinham em practica as instituições as mais liberaes ; como por exemplo a Hamburgo, que não he outra conza senão huma republica, e aonde a popnlaça não tinha a menor razam de se queixar, mas aonde por isso mesmo, e pela demaziada licença, abuzarão da sua credulidade os emissarios francezes, chegando a sua mania revolucionaria ao ponto de cometterem as maiores dezordens, sendo obrigado o senado a mandar sair a milicia ; e no fim d'alguns dias e noutes tudo saquietou, graças á energia do governo e á bella conducta dos milicianos, que forão todavia obrigados a sacrificar ao socego publico 19 dos mutinadores : o mesmo digo da Belgia, aonde não só não tinham a menor razão de se sublevarem, e aonde gozavão d'instituições liberaes, de que nunca antes tinham gozado (a maior prova de que os povos, com hum longo habito d'instituições monarchicas, são os menos aptos para a practica das instituições liberaes,) e a quem o Rey lhes tinha concedido regalias monstruosas, de que hoje assaz arrependido deve estar, como por exemplo não contente de ir residir 6 mezes com a côrte em Bruxellas, conceder a esta cidade que fosse não só o foco da licença e liberdade illimitada da imprensa, podendo se lá imprimir e publicar o que era prohibido nos outros paizes civilizados, mas que até se refugiasse lá todo o banido e scelerado que commettendo os maiores crimes no seu paiz fugia à pena da ley, taes forão os assassinos de Luiz XVI, e os maiores facinorozos da Europa ; cujo resultado foi corromper-se a povoação não só de Bruxellas, mas das provincias, com o conviver e lidar com semelhante gente

e depravarem-se lhe os costumes com isto, e com a licença da imprensa ao ponto que se viu, e cujo resultado s'está vendo. O mesmo se tem visto na Suissa, em Hanovre, na Polonia, na Italia, &c. isto he nos paizes que mais abundão de demagogos, e que mais aptos estão em secundarem as vistas e planos dos emissarios francezes. He para notar, que em Hespanha e Portugal, aonde as instituições não são as da moda, mas sim aonde os soberanos tem todo e illimitado poder, e tanto opprimem os povos (como tam gratuitamente avançam os revolucionarios,) estes mesmos povos vivem tranquilos e satisfeitos, enquanto aquelles que se chamão constitucionaes e livres vem de se sublevar por toda a parte: e isto porque he regra geral, mais concessões se fazem aos demagogos mais elles exigem. Carlos X contribuiu mais para a sua ruina com a concessão da illimitada liberdade da imprensa do que jamais poderão fazer os revolucionarios em todos os seus clubes. Que o governo inglez comece a fazer concessões e ceda hoje ás gritarias dos radicaes e reformistas, verão o resultado!

Os homens d'estado estão igoalmente convencidos de que as revoluções nos differentes paizes da Europa tem sido obra dos emissarios francezes, que por toda a parte tem enviado o governo com o fim de secundar os planos do *Comité Directeur de Pariz*, e com o fim, igoalmente, d'entreter os governos que poderião dar que fazer á França, e que a ameaçavão: tal a razão da sublevação em Varsovia; tal a razão da soblevação na Italia e dos incendios e exaltações em Inglaterra.

Queirão pois os ministros inglezes a quem estão confiados os destinos e interesses da Gram-Bretanha olhar para isto seriamente e despirem-se do espirito de partido, e não se obstinarem nas faltas que tem comettido: E queirão vêr

já resultados da sua precipitação em reconhecer a revolução e a obra dos facciosos : que se lembrem do estado da Irlanda e das immensas possessões inglezas em huma immensa distancia, e que emfin se lembrem da força magica do exemplo : em huma palayra que não queirão perder da memoria os protestos que o governo inglez fez contra a conducta do governo francez, quando este protegia os revolucionarios dos Estados Unidos contra a Inglaterra. O seguinte he o extracto de hum folheto publicado em 1777 por direção e ordem do governo inglez daquelle tempo.

“ Vos, imprudente monarca (Luiz XVI) achai-vós fazendo preparações navaes. Será possivel que não penseis bem, emque tempo reinaes, e em que circumstancias, e sobre que povo ? ”

“ Os artificios da vossa diplomacia não nos podem encobir mais as vossas vistas : vos fazeis e ordenais armamentos para segundar a independencia d’America e as maximas do congresso. Adverti que hoje existe hum poder que s’eleva acima das leys ; e este poder he o dos discursos dos ambiciozos : o qual dirige huma revolução na America ; pode ser que elle mesmo prepare huma revolução em Franca.”

“ Os legisladores d’America a annunção como discipulos dos philosophos francezes, e vêm de pôr em practica aquillo que os mesmos philosophos tinham imaginado e escrito. Não aspirarão pois os philosophos francezes a ser tambem legisladores no seu proprio paiz ? ”

“ Donde provem a vossa indiferença e segurança, quando na America se deita por terra e faz em pedaços a estatua do Rey da Gram-Bretanha, e tanto se ultraja o seu nome ? A Inglaterra será assaz vingada das vossas intenções hostis, quando o vosso governo for examinado,

“ julgado, e condenado, segundo os principios que dominão
 “ em Philadelphia e que se applaudem hoje na vossa capital.”

Eisaquí o que dizia o governo inglez ao governo francez em 1777; e eis aqui o que dirão todos os governos monarchicos da Europa ao governo inglez.

“ Vos atícais a revolta, imprudentes que sois! Será
 “ possível que não penseis bem em que tempo, circum-
 “ stancias, e sobre que povo governais?”

“ Os artificios da vossa diplomacia não podem encobrir-
 “ nos as vossas vistas; vós conspiraes de mãos dadas com
 “ os revoltados, para segundar a revolta dos estados que
 “ reconhecião hum chefe. Porem lembrai-vos, que ha
 “ hum poder que s’eleva hoje acima das leys, e que este
 “ poder he o dos discursos dos ambiciosos, o qual dirige
 “ huma revolução em Europa; pode ser que tambem
 “ prepare huma terrivel em Inglaterra.”

“ Os legisladores dos suburbios de Paris, dos collegios de
 “ Medecina, de Direito, e Polytechnique, e dos caffès de
 “ Pariz e Bruxellas proclamão a revolta, como discipulos dos
 “ philosophos inglezes: não fazendo outra couza do que pôr
 “ em practica o que aquelles tanto tem pregado. Os philo-
 “ fos inglezes (taes como hum Cobbett, hum Mackintosh,
 “ hum Holland, hum Grey, hum O’Connell, hum Hunt, e
 “ outros; não aspirarão elles aser, igoalmente, legisladores
 “ no seu proprio paiz?

“ Vós vos inquietareis, mas pode ser que seja tarde; isto
 “ he, quando ouvireis repetir no parlamento os axiomas
 “ vagos e especiozos, que terão sido meditados antes nos
 “ suburbios St. Antonio, e Marceau, &c.

“ Donde vos vem esta segurança apparente, e esta indif-
 “ ferença que mostrais quando vedes que se fazem em pe-
 “ daços em Pariz, Bruxellas e em Varsovia as estatuas de
 “ Carlos X, de Guilherme, e Nicolao, e que se ultraja e

“ insulta a sua memoria? A Europa sera assaz vingada
 “ de vossos planos incendiarios, quando o vosso governo
 “ for examinado, julgado e condenado, conforme mesmo
 “ aos principios que se proclamão em Pariz, em Bruxellas,
 “ em Varsovia, e que se aplaudem em Londres.”

O clamar-se outro tempo pela reforma do parlamento não queria dizer couza alguma; mas hoje quer dizer muito: e he assaz serio: em 1789 havia a mesma mania: por isso que já, como hoje, o incendio tinha principiado em Pariz com a convocação dos Estados Geraes, ainda que então havião na Inglaterra ministros que se oppozerão com alma e vida á reforma, isto he, á dezorganização da monarquia! Então erão os revolucionarios que propunhão e clamavão pela medida; hoje porem são os proprios ministros os campioes da reforma e dos revolucionarios! Eis aqui porque se tem dado desde novembro para cá mais impulso e protecção aos planos dos aventureiros e renegados hespanhoes e portuguezes, o que tem custado assaz caro aos imprehendedores e illudidos. No entanto, o que se tem visto succeder em Hespanha e Portugal devia ter feito dezenganar o actual governo inglez a cerca do Estado da Peninsula, isto he, que as duas nações tem assaz de senso commum para rejeitar e resistir a todos os planos dos revolucionarios, e ficarem persuadidos que el Rey de Portugal está tanto, ou mais firme no throno portuguez, do que qualquer soberano da Europa, poisque lhe vale mais para isto a affeição e boa vontade dos seus vassallos do que immensa tropa sem disciplina, nem adhezam ao soberano: e que se não he reconhecido por huma duzia de revolucionarios, o he por quatro milhoes de Portuguezes, cujo reconhecimento constitue mais a sua soberania, e lhe he muito mais interessante do que o reconhecimento por todas as potencias da Europa.

Devendo-se lembrar os demagogos, que o governo portuguez e a dynastia de Bragança esteve 28 annos sem ser reconhecida pela Hespanha, depois da restauração de 1640, e que a pesar de ser huma potencia *limitropha* e sempre armada contra Portugal, que assim mesmo sustentou a sua independencia e dignidade, e que não forão, por isso, os tres soberanos desse tempo menos respeitadas pelas nações da Europa e amados pelos Portuguezes.

Estava por ventura Carlos X Rey de França em Julho passado mais firme sobre o throno, por isso que tinha junto de si, e na sua côrte, embaixadores e ministros de todas as potencias da Europa? que protestos e esforços fizeram todos estes embaixadores para impedir o desterro do Rey de França? nenhum! portanto qual he o valor real para a existencia de hum soberano, como tal, o ser reconhecido por esta ou aquella côrte? ora, torno a dizer, se Portugal pôde resistir, durante 28 annos, ás pertençações e aos esforços de huma nação poderosa, e que tocava nas suas fronteiras; e conservar intacta a sua independencia, porque lhe não succederá o mesmo, durante a administração de Lord Grey?

O actual governo inglez pode, sem duvida, animar as intrigas dos facciosos e rebeldes portuguezes; porem lembre-se elle que estão sacrificando miseraveis, e que as duas nações estão alerta e dispostas a deffenderem a sua patria e os seus soberanos, e que o resultado ser lhe ha muito differente á Inglaterra doque talvez pensem, porquanto devem lembrar-se, que as preoccupações e antipathias, que outro tempo havião entre os Portuguezes e os Hespanhoes desvanecerão-se desde a invazão da Peninsula por Buona parte, invazão que fez unir as duas nações para deffenderem os seus direitos, os do altar, e do throno; pelo contrario se ha hoje alguma antipathia em Portugal he para

com os *mulatos Portuguezes* ! e portanto estejam certos os que protegem os revolucionarios portuguezes, que nenhum ramo da familia de Bragança que s'expatriou, e se fez independente na America do sul, á custa do desfalque da monarchia portugueza, ha de pôr o pé em Portugal : e que sonhar mesmo em Dona Maria da Gloria, ou em outro qualquer filho do imperador para o throno de Dom Affonso Henriques he o maximo de follia. Antes Portugal consentiria unir-se á Hespanha do que jamais receber a ley do Brazil, e soberanos que lá nascessem. Emfim estejam certos os revolucionarios, e os ministros inglezes, que se algum accontecimento funesto privasse Portugal do seu amado soberano, a nação tinha o recurso da Senhora Dona Maria Thereza, a quem pertence o throno na falta do Senhor Dom Miguel, e que no ultimo extremo, e se senão podessem fazer cumprir as leys da successão, se uniria antes á Hespanha do que receber huma constituição e soberano estrangeiro, e expor-se a soffrer mais insultos do governo inglez; e huma vez que esta união se verificasse, assim como a separação d'Irlanda, quizera então que o governo inglez se não esquecesse do tempo de Philipe 2º.

Emquanto ao affligirem se algumas pessoas, por verem, que à pezar do que o Rey d'Inglaterra dissera na abertura do parlamento, que estava chegado o tempo de se reconhecer o governo portuguez, que o actual ministerio vai contrariando isto; responderei, que se não mortifiquem com tal; porquanto os ministros inglezes devem pezar, e considerar, se lhes faz conta, ou não, reconhecer o governo portuguez; se não faz, a nação portugueza pode muito bem viver e passar sem este reconhecimento. E a respeito do trabalho que algumas pessoas tem em querer contrariar as calumnias que os journalists da facção todos os dias inventão contra el Rey, aconselha-los-hia de não perderem

o seu tempo em responder a similhantes calumniadores, que pertendem entremeter-se na conducta de hum soberano, e na sua boa ou má administração, quando os melhores juizes e unicos de similhante conducta, se os ha, são os Portuguezes : os quaes, nunca se meterão em criticar as decizões dos tribunaes de justiça inglezes, e a razão porque achavão este, ou aquelle culpado : nem tão pouco, porque el Rey perdoava a quem muito queria, isto porque tem o bom senso de conhecerem que não podem, nem devem decidir em similhantes couzas. Tomara eu que me dissessem estes taes censores, porque não criticão a conducta do governo de S. Petersburgo ou Constantinopla, ou mesmo o de Madrid. A razão he clara ; he a força do costume, pela ascendencia que sempre tem tido o governo inglez, e que lhe tem deixado tomar o governo portuguez : porem espero em Deus que isto ha de acabar e que ja esteve mais longe essa dezejada epôca.

Depois destas linhas estarem na imprensa tenho visto verificarem-se os meus presentimentos e as minhas profecias à respeito das consequencias que se devião seguir de reconhecer logo a revolução franceza de julho passado, assim como o consequentes que erão os ministros ingleses com a sua muito fallada e apregoada *não interferencia*, o que tem feito à respeito da Belgia e da Hollanda mostra hum grande exemplo ; He igoalmente curiozo prezencear a farça que o Rey cidadão dos Francezes e o seu revolucionario ministerio estão representando á face da Europa ! poisque depois de terem excitado a revolução na Belgia, e promovido a nomeação do Duque de Nemours ao throno daquelle paiz, querem agora fazer crer que o pay não consente em tal e recuza a nomeação do filho ! Isto he, hum homem que, ainda não havião bem 6 mezes, tinha usurpado o throno ao seu legitimo possuidor, e ao seu bemfei-

tor, haja agora de querer fazer persuadir o seu dezinteresse e a pureza das suas intenções ! não consentindo que seu filho suba hum throno, que se lhe offerece da parte da mesma autoridade que offereceu ao pay o throno da França, isto he, a canalha de Brussellas ; acabando por ora a farça em se nomear hum Regente em Brussellas, não se sabe para que fim, suppoẽ-se por conta, mas em segredo, do Duque de Nemours.

Os Francezes, como hum povo voluvel e inconstante, forão em todo o tempo incapazes d'outro governo que o monarquico, poisque tirada a sombra de hum parlamento, forão sempre governados por Reys, os quaes quando possuiaõ energia e vigor, fizerão mais que nunca florescer a França : Luiz XIV e Luiz XV tinhão protegido demaziado os espiritos fortes e a licença dos literatos, por intervenção *das que os dominavão* ; o que junto com a revolução de Inglaterra de 1688 e a proteção, que ao depois deu Luiz XVI aos revolucionarios da America Ingleza, produzio a revolução franceza de 1789, de que Luiz XVI foi victima. Vio-se nessa epoca de sangue e de frenezi o pouco ou nada que os Francezes erão feitos e estavam preparados para instituicões liberaes ; porquanto no espaço de 12 annos não fizerão mais do que matarem-se huns aos outros, fazerem garbo d'Atheos, e depois de devastarem e roubarem os paizes e as nações da Europa, e de mudarem vinte vezes de constituição, receberem o jugo de hum soldado, que não contente de lhes impor com o nome de consul de 10 annos, e depois vitalicio, acabou por se declarar imperador, dominando os com huma verga de ferro, não lhes permittindo outra sombra da sua chamada liberdade, mais do que hum senado, ditto conservador, que dizia e fazia o que elle imperador queria e mandava : e depois de ter sacrificado quazi toda a mocidade franceza á

sua desmarcada ambição, virão os Francezes a sua capital, Pariz, occupada por cozacos e por tropas de todas as nações da Europa, que forão assaz generosas, graças aos soberanos alliados e á intercessão dos Bourbons.

Ora quando Luiz XVIII appareceu, servindo de mediano entre a França e toda a Europa irritada, e que podia, e devia dictar a ley ao seu modo, teve a desgraça de succumbir ás insinuações dos alliados, principalmente do representante da Gram-Bretanha, que se persuadião que dando Luiz XVIII huma constituição liberal aos Francezes, reconciliaria as antigas rixas e destruiria as velhas prevenções contra a sua familia. Quanto s'enganarão e quanto comprometerão com isto os Bourbons, a França e os seus mesmos estados ! Que inconSIDERAÇÃO pôr os Francezes na situação de commetter novos crimes e novos attentados, renovar lhes huma epôca, em que tanto mostrarão a sua negação para instituições liberaes ! Alem disto que mania e que erro querer applicar á França o systema constitucional da Inglaterra, sem haver a menor relação na situação, costumes, e circumstancias dos dous paizes ? porquanto na Inglaterra existia huma aristocracia, que constituia a caracteristica e força da constituição ingleza, aonde os pares erão os senhores de mais de dous terços do paiz, e por consequencia, aonde a camara alta tinha e devia ter toda a influencia.

Em França, pelo contrario, tinha a revolução tirado os bens á antiga nobreza, achando-se as grandes propriedades e dominios nas mãos dos communs e dos filhos da revolução ; por tanto os antigos nobres voltando com a restauração á França, acharão-se sem terras, sem propriedades, e sem influencia alguma nas provincias, sendo o governo obrigado a fixar modicas pensoes aos nobres que o Rey elevava á dignidade de par : cuja creação, ainda que

immensa, tinha sempre contra si a camara dos deputados, cujas eleições erão feitas pela democracia predominante, e que se achava quazi exclusivamente senhora das terras, assim como tinha contra si o exorbitante numero dos pares creados por Buonaparte nos 100 dias, e inconsideradamente confirmados por Luiz XVIII.

Eis aqui pois o resultado de querer acarretar a qualquer paiz as instituições estrangeiras sem reflectir, nem ponderar as localidades, os costumes, e as circumstancias. O certo he que nos 10 annos do governo de Luiz XVIII se vio a França luctando continuamente entre a monarchia e hum grande partido de demagogos, que dominavão as eleições dos deputados, o que não podia deixar de assim ser em consequencia do acima ditto, e de não se ter feito huma nova ley eleitoral. Assim mesmo Luiz XVIII foi obrigado varias vezes a supprimir a liberdade da imprensa e estabelecer a censura; tempo que, se não pode duvidar, fora o mais tranquillo do seu reinado.

Mr. de Villèle, talvez sem saber e sem querer, cometteu huma grande falta, donde se appressou a ruina da dinastia dos Bourbons, digo com a inconsiderada medida de dissolver a Camara dos Deputados, em que elle tinha a maioria dos votos, sem calcular, nem ter certa a maioria nas novas eleições; accrescendo a isto a falta de politica de Luiz XVIII e dos seus conselheiros de quererem amalgamar no ministerio realistas e revolucionarios, homens que tinham acompanhado os Bourbons na sua desgraça, e homens que tinham servido a revolução e o imperio! Carlos X subio ao throno nas criticas circumstancias, em que os realistas estavam divididos, em consequencia da conducta de Mr. de Villèle: e na epôca da sua coroação, querendo ser demasiado generoso com os Francezes se perdeu com a illimitada liberdade de imprensa que lhes concedeu, tempo de que

com especialidade data a dezorganização do governo. Vivi muitos annos em Inglaterra, e vi nesse tempo abusar da liberdade da imprensa, porem nada vi semelhante e em comparação do que se practicou em França, muito mais depois da entrada do principe de Polignac para o ministerio: escolha desgraçada, e muito mais desgraçada, porque tendo-se nomeado com elle o unico homem que era capaz talvez de salvar a monarquia, digo Mr. de la Bourdonnaye, o qual ainda que não queria ser superior ao principe de Polignac, não lhe queria estar sujeito, e por isso teve a inconsideração Carlos X de aceitar a demissão ao ditto de la Bourdonnaye, nomeando primeiro ministro o principe de Polignac.

Teve este ministro a coragem de deixar perverter a nação por espaço de hum anno com os cem escritos licenciosos que cada dia se publicavão em França, e quando tinha tempo e todo o pretexto de propor e obter a censura, nada disto fez, mas quando se determinou a obrar e a ter energia, foi tarde e o mais imprudentemente, digo imprudentemente, pois que não só publicou os decretos de 26 julho de hum assentada, quando aliás o deveria fazer parcialmente, mas até se deveria ter preparado para a reacção e resistencia, que poderia haver, como houve, com hum força que podesse impor aos demagogos e aos mutinadores, poisque em lugar de fazer marchar sobre Pariz 30,000 homens contentou se com 5 ou 6 mil homens, de mais a mais dividos pelas estreitas ruas de Pariz, quando se deverião ter concentrado em hum ponto, falta devida ao Marechal Marmont.

Os immensos agentes do *Comité Directeur de Pariz* estavam álerta e nos seus postos, esperando pela occazião para romperem, estando sempre prompta hum grande quantidade de sacos de 1000 francos em caza de hum

celebre banqueiro, que com a sua prodigalidade assaz figurou nos famosos dias de 27 ; 28 ; e 29 de julho, animando-se a população com mancheias de peças de 5 francos a arrostar a autoridade e as baionettas. Este mesmo banqueiro assaz figurou depois não só com a canalha de Pariz, mas até com o Duque d'Orléans, com quem elle tinha antigas relações e intelligencias relativas ao que veio a succeder.

O que tem succedido em França e Bruxellas mostra bem o pouco que serve aos homens a lição do passado, e o mais he do seu tempo ! O que não succedeu ao velho Duque d'Orleans, hum dos primeiros coriffeos da revolução de 1789, e a outros idólos momentaneos da população ? Não importa, tudo passou, he preciso que se renove e que se corra o risco ! O celebre banqueiro já o correu, perdendo o seu dinheiro, a sua popularidade e o seu lugar ! Feliz e assaz feliz de não ter perdido a cabeça.

O interesse pela verdade m'impõe o dever de dizer, que a principal cauza das desgraças de julho passado em Pariz, e das suas funestas consequencias, data da divizão entre os realistas, divizão procedida da pessima conducta de Luiz XVIII, conducta com que sacrificou a sua familia, e a monarquia, e conducta que elle erradamente adoptou por querer passar por espirito forte e liberal (como já passava em 1789, e por isso tanto se disse delle) isto he quando elle devia fazer por animar os verdadeiros realistas, e por os unir, fez o contrario, desgostando-os, favorecendo só certas familias, e pondo nos lugares homens da revolução passada, e Buonapartistas ; desgostando, torno a dizer, com isto os verdadeiros realistas e os seus amigos ; por isso foi obrigado a fugir para Gand por ter posto o governo nas mãos de tratantes ! Depois, sem lhe ter servido d'exemplo e lição o passado. deixou retirar do

ministerio o Duque de Richelieu, homem honrado, que tinha dado abalizadas provas da sua lealdade aos seus principes ; isto porque não queria admittir revolucionarios por companheiros, tendo a fraqueza Luiz XVIII de pôr no seu lugar Mr. Decazes, que tinha servido Buonaparte e a revolução, e por isso se vio o que se vio : e este mesmo homem o mais obrigado a Luiz XVIII e aos Bourbons se acha hoje servindo a revolução, e os inimigos de Carlos X e da monarchia ! Lição de que os soberanos que dezejam a estabilidade dos seus thronos devião tirar vantagem para nunca admittir nos seus conselhos homens de mataduras e que se dizem arrependidos. Luiz XVIII teve a fraqueza de ter no ministerio hum Fouché, hum Soult, hum Talleyrand, hum Decazes, e hum Pasquier, e outros taes que não fizeram nos seus ministerios senão proteger os clubes secretos e o *Comité Directeur* de Pariz, o que tudo junto deu cabo da monarchia.

Em Portugal mesmo, o que appressou a ruina da monarchia (junto á separação do Brazil e o deixar-se familiarizar a nação com ideas liberaes e revolucionarios) foi o consentir el Rey o Senhor Dom João VI no ministerio homens, que tinham servido a revolução e as côrtes revolucionarios contra elle, na errada persuasão de se terem convertido, mas forão elles que converterão a nação ao estado em que se acha !

Os governos revolucionarios boas lições dão aos soberanos, ainda que as não queirão tomar, isto he, veja-se se Buonaparte tomou nunca para ministros homens que tivessem servido os Bourbons ; e veja-se igoalmente se o governo revolucionario de França tem permittido, na immensidade de ministros que se tem succedido huns aos outros, que entrasse para ministro hum só que se diga, muito embora, arrenegado, mas que tivesse servido os

Bourbons: e se o governo das côrtes de 1820 e 1827 chamou ao ministerio pessoas que se suspeitassem amigos fieis do Senhor Dom Miguel!

Tem-se fallado muito de hum celebre *Comité Directeur* ou sociedade directora, estabelecida em Pariz, assim como se tem querido mofar muito d'isto. No entanto he hum facto que ella existe, e que tem ramificações e loges em todas as grandes cidades da Europa: e que possui huns grandes fundos; que se applicão aos fins da sociedade, que he o principal, guerra aberta ás antigas dinastias da Europa, destruilas e elevar sobre as suas ruinas não republicas, mas simulacros dellas, tendo á testa chefes ou soberanos da sua escolha. Este he hum dos segredos, em que estão iniciados os da primeira classe e graduação na sociedade; advertindo que, logo que elles chegam a ser ministros nos governos monarchicos, e a terem poder nos dittos governos que elles querem proscriver, então tendo obtido parte dos seus fins, socegão por hum pouco, mas protegendo sempre os *confrères* para lhes servirem no ultimo recurso. A' multidão e aos *não iniciados* falla-se lhes em instituições republicanas, para mais os incitar, e obterem assim mais numero de proselytas e entusiastas.

Todavia a pesar do que tem trabalhado e trabalha a tal sociedade directora, a pesar da fraqueza d'alguns governos, e a pesar do que os demagogos das constituições liberaes querem clamar e quebrar a cabeça á gente de bem e sensata, vê-se não existir disposição alguma hoje na Europa para as taes constituições liberaes, prova o que se tem visto em França, Hespanha, Portugal, Napoles, e o que s'está vendo na Belgia, e na America do Sul. As duas unicas nações da Europa, aonde ha alguma rotina de constituição liberal são a Hollanda e a Inglaterra; a primeira por ser hum paiz todo commerciante e de pequena exten-

são. A Inglaterra, que por habito e sem reflexão a chamão alguns o paiz classico da liberdade, he assim mesmo o paiz, aonde ainda hoje predomina o feudatismo, como predominava em Portugal no seculo 15, tempo em que entam estavam em vigor as côrtes, e se convocavão ; isto he, o fazião os Reys para dar mais força ás suas medidas, e obterem assim mais confiança da parte dos povos : tanto que em Inglaterra se não pode matar huma perdiz ou lebre, sem s'êxpor a ser degradado por toda a vida : e isto em consequencia dos privilegios dos senhores das terras : em huma palavra, o que ha em Inglaterra he huma aristocracia rigoroza, que não só dispõe dos communs, mas até ás vezes do soberano, pois foi ella que fez subir ao cadafalço Carlos, 1º; (*Nota 6*) que expulsou depois os Stuarts ; e que por fim chamou ao throno a caza d'Hanovre ; o que ha em Inglaterra, he hum respeito religioso ás leys, e huma execução rigoroza déllas : porem como o seu codigo penal he todo fundado no credito e commercio, por isso sendo quazi todas as penas pecuniarias, já se vê que os senhores e poderozos mais podem arrostar a ley, e serem de algum modo superior a ella. No entanto não se pode duvidar, que seculos com formulas constitucionaes he alguma couza, e contenta o povo, que não ve as couzas senão pelas apparencias e formas.

Portanto, como não ha perfeições nas operações humanas, pode-se dizer até pelos factos, que a constituição ingleza he a melhor que podião, e podem ter os Inglezes, visto a sua localidade, e as suas circumstancias, e a immensa desproporção das riquezas, desproporção assim mesmo sancionada pela ley, e pelo costume, ha muitos seculos : para inverter o que, seria preciso huma explozão terrivel. Advertindo porem ser huma grande mania, que assaz tem grassado nestes ultimos tempos, o querer empurrar aos

differentes povos da Europa huma constituição á ingleza. Já disse o como se não podia, nem pode applicar á França e ás suas circumstancias.

Alguns denominados estadistas inglezes pretenderão e obtiverão (com vistas sinistras) illudir alguns Portuguezes persuadindo-os de poderem ter huma constituição á ingleza : tal foi Mr. Canning que depois se gabou no parlamento “tinha dado huma nova existencia ao novo mundo” (isto he huma revolução e anarquia que dura ha 20 annos) e isto á custa das concessões que lhe fizeram os imbecéis e revolucionarios portuguezes com a separação do Brazil ; e os revolucionarios hespanhoes com a sublevação da America do Sul e da Ilha de Leão. Mr. Canning bem sabia que tinha roubado Portugal e enganado os Portuguezes, quando lhes pregava e lhes prometia huma constituição á ingleza ; poisque bem sabia que nenhuma aristocracia verdadeiramente tal, existia em Portugal, depois do reinado de Dom João 2º, quando a nobreza tinha sido privada de quazi todos os seus privilegios e foros, por isso o que se vio em Portugal em 1826 foi huma constituição anomala e monstruoza, que a não apparecer o restaurador da monarquia estoiraria em huma anarquia terrível e nas suas ordinarias consequencias. O que he certo he que foi a segunda tentativa em Portugal, que teve a mesma sorte que a primeira em 1823, assim como tinham tido em Hespanha e Napoles : e que nunca os povos estiverão menos dispostos para succumbir ás pregações dos demagogos, como hoje, tendo pelo contrario a idea a mais despresivel destes declamadores e chamados regeneradores. Leia-se a historia, e ver-se ha que o tempo das verdadeiras republicas e democracias foi sempre quando dominava a moral e os bons costumes, e jamais no tempo da corrupção, egoismo, e per-

verdade, como infelizmente he hoje ; e como se vio na conducta dos nossos *pais da patria*.

Porem a pezar desta pouca ou nenhuma disposiçãõ, que se vê hoje na Europa para succumbir ás pregaçõs dos demagogos e dos agentes do *Comité Directeur* ou *sociedade directora* não deixão assim mesmo de serem temiveis as suas manobras, por quanto não só as acompanhão e segundão com oiro, com que pertendem illudir e subornar os indigentes e credulos, mas, o que he peor, se servem dos ministros que pertencem á sociedade directora para advogarem a sua cauza, atraçoando a do Monarca, que alias erão obrigados a deffender ! Como os tempos são mudados ! e tudo está revolusionado ! Noutro tempo erão os ministros os que defendião as prerogativas e direitos dos seus soberanos ; e se oppunhão ás pertençoẽs dos demagogos e revolucionarios ! Assim aconteceu em Inglaterra, aonde ha 50 annos que estão os revolucionarios a clamar por reforma do parlamento, isto he por dezorganizaçãõ da sociedade, e aonde, e ao que sempre o ministerio se oppoz, tanto o ministerio de Pitt, como o de Fox, tanto os Tories, como os Whigs : hoje porem que o ministerio vê se não pode soster, e não tem a coragem dos seus antecessores para pedir a sua demissão, e está rodeado de agentes da *sociedade directora* recorre á populaça indo o mesmo governo propor no parlamento e advogar a medida revolucionaria ! Assim se practicou em Portugal no governo revolucionario das Côtes de 1821, aonde o ministro dos negocios estrangeiros de accordo com os primeiros demagogos propoz ao governo inglez da parte d'el Rey de Portugal aquillo que não era senão hum insulto e huma degradaçãõ á soberania e á dignidade da coroa de Portugal ! Que tal a epôca revolucionaria ! Se os soberanos não accordão ;

adeos dinastias antigas da Europa e então se verificarão bem cedo os ameaços de Fouché, ou Duque d'Otrante ! Isto he o dezaparição de todas as antigas dinastias da Europa !

Quem he a cauza de tanto sangue ter corrido em toda a Europa senão a promptidão, com que os governos inglez, prussiano, austriaco, e russo reconhecerão a revolta de Pariz ? O mesmo fizerão com a sua inação em 1790 allegando não querião fazer correr sangue: no entanto foi preciso que os Francezes o fizessem correr e até alagassem todo o continente da Europa com o seu sangue e estrangeiro para fazer accordar as grandes potencias: e até foi preciso que vissem a conducta e o exemplo de duas nações do occidente da Europa para se unirem e conhecerem as suas forças e o que erão capazes de fazer assim unidos: se a Austria, a Russia e a Prussia tivessem feito marehar em agosto passado as suas legiões sobre Pariz que desgraças se não terião evitado e que nobre e innocente sangue se não teria poupado ? O que tem dado as maiores esperanças á sociedade directora forão as faltas commettidas pelas grandes potencias da Europa, 1º. sancionando a usurpação do trono dos Gustavus Adolphus por hum aventureiro; 2º. que Luiz XVIII subisse ao trono dos seus maiores, com a condição de dar huma constituição liberal aos Francezes: o que os fez insolentes e revoltosos.

A sublevação que estoitou em 1820 por toda a Europa estava preparada e organizada nas sociedades directoras e secretas que trabalhavão altamente com o fim de mudar as dinastias e governos da Europa, por isso se vio arrebentar quazi ao mesmo tempo em Hespanha, em Portugal, em Napoles, no Piémonte, na Alemanha, em Dinamarca, na Polonia, e em Pariz dar o sinal o malvado Louvel com o attentado e assassinio do Duque de Berry, e em Londres ser

hum Thistlewood o instrumento de huma horrorroza e atrevida empreza em Cato Street; e foi preciso accordarem os soberanos da Europa, e estabelecerem o que se chamou depois a Santa Alliança para gozarem os povos d'algum socego; alliança que tinha por fim adoptar hum sistema de união e defeza para esmagarem os planos da revolução, que se organizava por toda a parte da Europa, d'aqui as conferencias e os congressos de Troppau e Laybach, porem a fraqueza depois dos governos, e mais que tudo a morte do imperador Alexandre animou os revolucionarios e os fez pôr a trabalhar, principalmente em 1829, quando erão protegidos pelo governo revolucionario daquello tempo em França, e depois pela fraqueza do governo Polignac.

Os acontecimentos de julho passado em Pariz, ainda que forão accelerados pelos decretos de 26 do ditto mez, estavam com tudo premeditados e arrançados de longo tempo nos clubes, e tanto que se cuidava na Alemanha, antes dessa epôca em recrutar gente para serviço secreto e se cuidava em organizar huma expedição a Hespanha e Portugal, composta dos renegados daquelles paizes. A explozam de Paris deu nova vida á sociedade directora, e por isso se cuidou logo em mandar novos emissarios aos differentes affiliados nas differentes cidades da Europa, principiando-se a desenvolver, aonde havia mais disposição, mais emmissarios e menos vigilancia nos governos, por isso foi Bruxellas e a Belgia a primeira, seguio-se Hamburgo, depois a Saxonia, e Brunswick, Nassau, a Polonia, Hanovre e a Italia; e tendo-se de algum modo malogrado certa expedição que se meditou contra a Hespanha e Portugal sempre cuidou a sociedade em apromptar novos fundos aos chefes dos revolucionarios hespanhoes, os quaes forão novamente infelizes,

graças ao pouco agasalho que acharão em Hespanha os emissarios francezes. Enquanto aos chefes dos renegados portuguezes, como são rapozas velhas, que achão o vinho Porto ainda verde, contentarão-se em ver se arranjarão hum empréstimo a que dizião hypothecavão em nome do Imperador do Brazil a *quinta de Sta. Cruz*, perto do Rio Janeiro; como se huma tal quinta podesse servir de garantia a huma somma de 16 milhões de cruzados! mas como pouco, ou nada rendesse esta tentativa obtiverão da sociedade directora que se remetessem fundos a Lisboa e ao Porto para se seduzir e subornar a tropa, a qual com effeito lhe comeo ainda outra vez a isca, çujando-lhe igoalmente outra vez no anzol.

Portanto o grassar huma febe revolucionaria por toda a Europa não he acazo, nem tão pouco são miasmas da atomosfera, mas sim são resultados de planos e combinações revolucionarias. A força dos revolucionarios e da sociedade directora consiste na união, subcrevendo as sommas e fundos que podem para obterem os seus fins. Os realistas pelo contrario dezunem-se, e não so não formão sociedades para se entenderem e se dirigirem ao mesmo fim, mas o que he mais, quando algum pelo seu zelo ou circumstancias tem occasião de fazer serviços relevantes à monarquia, em lugar dos ministros aconselharem o soberano a que anime e premeie hum tal sujeito, pelo contrario desgostão-o e o intrigão com o mesmo soberano; o que ou he procedido de ciume, ou tratantice; Eisaqui a dobrada razão porque a revolução e os revolucionarios caminhão a passos largos na Europa. E eisaqui porque não só he atraíçoar os soberanos e as monarquias em querer seduzir e subornar a tropa; mas igoalmente fazer por desgostar os seus melhores e mais fieis servidores.

Mal isto estava fora da imprensa quando vejo huma conducta no ministerio inglez a respeito de Portugal, que ou parece de pedantismo, ou do maximo d'inconsideração, isto he, no *Budget*, ou calculo das receitas e despezas do anno corrente, que propoz no parlamento o ministro das finanças, em que tirava directos de huns objectos e augmentava noutros, nesta ultima classe incluio os vinhos de Portugal igoalando os direitos aos dos vinhos francezes.

Era a ultima couza que eu poderia esperar do governo inglez á vista do que disse, e dos tratados entre Portugal e a Inglaterra, e á vista dos interesses reaes da Grã-Bretanha. Já disse que o Tratado de Methuen, pelo qual se permittia em Portugal a entrada das fazendas de lá de manufactura ingleza fixara a epôca da decadencia de Portugal. Disse igoalmente que a isto se pozera huma condição no ditto tratado, isto he, que a Inglaterra receberia os vinhos de Portugal pagando hum terço de menos de direitos do que pagavão os vinhos francezes. Disse mais que esta condição assim mesmo era illusoria, poisque nem o consummo dos vinhos portuguezes em Inglaterra tinha proporção com o consummo dos generos manufacturados em Inglaterra e importados em Portugal, mas até mesmo que tivesse perdia immenso a nação, abandonando assim o primeiro ramo d'agricultura, como era a lavoura dos grãos e a criação dos gados, assim como as manufacturas e a navegação de que não existe em Portugal mais do que a sombra: não se podendo occupar a provação nem nutrir-se, sendo o governo obrigado a mandar para fora do reino todo o seu numeraio para se nutrir e vestir a nação. Disse que ainda em cima tivera Portugal a desgraça de ter a sua sorte e destinos, em huma das epôcas as mais criticas da monarquia, confidas nas mãos

de huns Portuguezes, os quaes por arruinarem Portugal e venderem a sua patria à Inglaterra, tiverão o titulo de Condes ! Que nobreza e padram ! Portugal tem sido como huma rica mina, aonde os cavouqueiros, que a esbo-racarão, vazarão e a reduzirão a hum monte de cascalho, enriquecerão e obtiverão o titulo de Condes e de Lords ! pobre e desgraçado Portugal !

Emfim disse que assim mesmo estes homens d'estado, a quem estão hoje confiados os interesses de Inglaterra, se não tinham dignado reconhecer o governo portuguez, isto he hum governo que tem fechado os olhos aos seus proprios interesses para promover os da Gram-Bretanha. Mas quem poderia esperar que ainda em cima disto, e desta indiferença houvesse o governo inglez de se sair com huma medida tal, isto he, huma medida que põe o governao portuguez na necessidade de vigiar na dignidade nacional e da monarquia, conrespondendo ao rompimento dos tratados, isto he, prohibindo a introdução em Portugal das fazendas das manufacturas inglezas, e acabar com o monstruozo privilegio da conservatoria ingleza e outras taes de que os Portugezes não gozão em Inglaterra, e os Inglezes em nenhum outro paiz.

Por mais que a minha imaginação lute com hypotheses e conjecturas não posso achar motivo plausivel de huma tal audacia e indiferença aos interesses da Gram-Bretanha, só s'elles ministros pelo muito que tem visto ter soffrido a nação portugueza ao governo inglez suppõe que a força do habito tem reduzido os Portuguezes a huns meros automatos que se devem vestir e nutrir do que, e como o governo inglez determinar.

Os mesmos Inglezes convem que mettem em Portugal, annualmente o valor de 2 milhoões e quinhentas mil libras sterlinas, isto he 30 milhoões de cruzados ;

e os Portuguezes mettem em Inglaterra 7 milhoes de cruzados em vinho, (isto he quando importavão 30,000 pipas,) incluída a fructa, alguma cortiça e outras miudezas. Demais os Portuguezes deixão tirar de Portugal, hum anno por outro para compra de cereaes 3 para 4 milhoes de cruzados, o que ordinariamente vem em navios inglezes, ou por sua conta: sendo portanto 27 milhoes, sem contar os fretes, que se tirão annualmente de Portugal para a Inglaterra; somma immensa que até parece incrível como possa ter Portugal! Se não fosse a guerra peninsular e as immensas sommas que ficarão em Portugal de certo que não podia com isto a nação; no entanto cada anno se vai sentindo mais a falta de numerario, e se se não olhar para isto seriamente, bem cedo se vera Portugal de todo exaurido.

Ora se metade desta somma, que se tira annualmente de Portugal, hum terço mesmo se applicasse por espaço de 5 annos á agricultura e fabricas o que não poderia ser bem de pressa Portugal! O passo que espero dar o governo he animar os capitalistas, concedendo-lhes privilegios e regalias, para formarem companhias para o estabelecimento de fabricas, manufacturas, e pescarias: o que se começou a fazer no reinado d'el Rey Dom Jozé, mas o que se deixou de continuar depois da sua morte, por falta de patriotismo e por venalidade à Inglaterra, venalidade que devendo fazer cortar a cabeça aos autores, lhes grangeou titulos; desgraçada Nação! Huma vez que isto se fixesse, bem de pressa veria o governo dobrar e triplicar a sua renda, e a nação, se tornaria independente e respeitavel: senão, que se deite os olhos para o estado de Portugal no reinado d'el rey Dom João IV. e de Dom Affonso VI, mesmo acabrunhado como devia estar, com a sujeição de 60 annos, quando se não admettião ainda as fazendas de lã manufacturadas em Inglaterra: e

que se deite os olhos para as ruínas das fabricas, que havião em Portalegre e Covilhã e que se deixarão queimar pelos Inglezes !

Foi tão audaz e dezarrozado o projecto que propoz no parlamento o ministro das finanças á cerca de Portugal, que Lord Strangford foi obrigado a fazer huma moção na Caza dos Lords pugnando pela execução dos tratados entre Portugal e a Inglaterra, e condenando a conducta tão extraordinaria, como injusta do governo inglez para com a nação, com que ha mais tempo he ligada a Gram-Bretanha e que mais fiel lhe tem sido (e mais soffredora.) Lord Strangford disse que não só a medida proposta pelo governo para com Portugal era hum mau exemplo de falta de fé e cumprimento aos tratados, mas que elle mesmo, como hum dos agentes do tratado de 1810, devia declarar ao parlamento que na formação daquelle tratado s'estipulára, o dever fazer parte integrante do ditto tratado os artigos do tratado de Methuen, que dizião respeito a admissão dos vinhos portuguezes na Inglaterra, e admissão por isso dos ticidos de lã da Gram-Bretanha em Portugal: assim como s'estipulára que acabados os 15 annos, qualquer das partes contrahentes tinha o direito de rever os artigos, que lhe convinhão ou não, e de o fazer participar ao outro governo: e que portanto era monstruozo em diplomacia e politica deixar ex-abrupto de dar execução aos dittos artigos, sem previamente se participar ao outro governo; acabando em requerer se produzisse ao parlamento.

1º. Copias ou extractos das instruções, que o governo inglez tenha dado ao consul em Portugal, depois de 20 de Nov. de 1830 á cerca de se insistir com o governo portuguez para fazer strictamente observar os tratados entre Portugal e a Inglaterra.

2°. Copias ou extractos d'algumas partes feitas ao governo portuguez, relativamente à revisão ou suspensão d'alguma das stipulações contidas no tratado de commercio assinado no Rio de Janeiro em 19 de Fevereiro de 1810.

3°. Igoalmente copias d'alguma noticia ou communicação que se tivesse feito aos Inglezes estabelecidos em Portugal relativamente a intenções de se suspender alguma parte dos tratados de commercio entre a Gram-Bretanha e Portugal.

4°. Igoalmente copias ou extractos d'algumas instrucções, que, depois do 20 Nov. de 1830, se tivessem dado aos officiaes que commandavão os navios inglezes estacionados no Tejo, ou nas alturas de Portugal &c. O que tudo concederão os ministros á excepção da ultima, isto he, darem copia das instrucções, que se terião dado aos officiaes commandantes dos navios estacionados no Tejo, ou que cruzassem nas alturas de Portugal. Já se vê a razão de não querer o governo inglez annuir a esta ultima pertença, e já se vê a razão porque toda a cautela e vigilancia em Portugal com estrangeiros he pouca.

Não pode deixar de dar toda a satisfação aos homens de bem a conducta de Lord Strangford ; conducta que lhe faz a maior honra, e o põe muito acima dos estadistas inglezes, que se tem limitado a conhecer politica por livros.

Lord Strangford principou a sua carreira diplomatica pela Côte de Lisboa ; sahio de Portugal com a familia real em 1807 ; esteve muitos annos no Rio de Janeiro, passou á Suecia e de lá a Constantinopla ; adquirindo nesta vida e carreira muito conhecimento que o faz superior a todo o gabinete junto de Lord Grey.

Hum Inglez que se achava em 1806 addido á legação ingleza em Portugal, mas de quem ninguem fallava em Lis-

bôa, nem conhecia, mudou de vida e fez-se advogado em Inglaterra, advogando o partido radical e revolucionario, por isso se acha hoje, á falta de gente, Lord Chancellor. Este, entre as muitas chicanas que avançou em resposta aos argumentos de Lord Strangford, e que de certo o fazem conhecer tal, como elle he, foi a seguinte, "que a maxima dos seus antepassados (como a delle) era ter oiro, fosse como fosse, que por isso se fazia a côrte a Portugal, porem isto em consequencia do Brazil, donde elle vinha, e que elles tanto ambicionavão. Agora porem que o Brazil já não pertence a Portugal (obra que se deve ao governo inglez de 1825) tudo tinha mudado de figura!" isto he que não só se não devia fazer a côrte a Portugal, mas romper tratados sem participação previa, e ter huma conducta de mariola! tal he a logica e a cartilha dos ultra liberaes ou revolucionarios! Acabando em dizer que, "em quanto ao argumento de se não dever favorecer a nação franceza á custa da nação, com que a Inglaterra tem estado, ha mais tempo, ligada, elle louvava a Deus de se achar presentemente a Inglaterra unida á França o mais amigavelmente, e esperava que muitos annos isso durasse." Já se vê o quanto simpatizará hum revolucionario inglez com a revolução e os revolucionarios francezes! espero em Deus que elle Lord Brougham tenha a mesma paga que já tiveram alguns coriféos da revolução de Julho. Hoje o mesmo Lord Brougham he hum grande partidista da revolução da Polonia, tendo clamado muito no conselho, se devia entremetter o governo inglez a favorecer a revolução; isto porque o ouro que o tal Lord acha poder tirar da Polonia, he o da revolta que será o meio de o conservar mais algum tempo no ministerio!

Os argumentos d'outro radical Lord King são da mesma categoria: pondo o tratado de Methuen em *artículo*

mortis e fazendo de *faceto* com huma farça de cortejo que, segundo a sua *parodia*, accompanha o *cadaver do velho Methuen* ! He aonde chega o espirito vertiginoso e a cegueira revolucionaria, chamada innovação, não vendo Mylord e Comp^a que quem ganha com a *morte e enterro do velho tratado de Portugal*, são os Portuguezes. Se Mylord King não conhece isto, nem os interesses do seu paiz, leia os escritos que se tem publicado em francez, inglez, e alemão, desde 1703 à cerca das relações entre Portugal e a Inglaterra, e verá o que lá se diz, que Portugal pelo tratado de Methuen se tornara huma colonia da Gram-Bretanha. Eu só dezejo que o tal Lord tome em consideração o que respondeu o Duque de Wellington, que não só he mais capaz de fallar dos interesses e das relações entre a Gram-Bretanha e Portugal, do que Lord King, mas que até foi em Portugal que elle Duque salvou a Gram-Bretanha, e evitou que talvez a caza de Lord King fosse saqueada em 1809 pelos soldados francezes ; pelos seus amigos de hoje ! O Duque de Wellington disse, que o “tratado de Methuen se podia sem duvida alterar, mas que, segundo a letra do tratado de 1810, as partes contrahentes tinham o direito de rever os artigos de tratado, mas que devia huma das partes participar á outra isto, e o que dezejava alterar :” continuou dizendo, que “muitas vezes ouvira exaltar ás pessoas hoje no ministerio o vantajoze e interessante que era á Inglaterra e á sua marinha o contarem com a amigavel recepção no Tejo ; e que elle Duque suppunha de muito mais interesse á Gram-Bretanha esta libre entrada e boa recepção dos navios inglezes no Tejo, do que beber se hoje mais vinho Francez em Inglaterra do que se costumava.”

Tudo isto que disse o Duque de Wellington de certo que não foi por advogar a cauza e interesses de Portugal,

mas sim os da Gram-Bretanha, e ser muito melhor inglez do que os innovadores que dezeirão ver a Inglaterra de cabeça para baixo, e decahida da sua grandeza.

Lord Strangford e Lord Wellington não fallarão no principal, isto he, que a maior parte das couzas, senão todas, que se consomem em Portugal são manufacturadas em Inglaterra, ou trazidas da Irlanda, ou da Terra Nova, e que se a livre ancoragem no Tejo he de grande valor á Gram-Bretanha, de muito maior deverá ser a extração das suas manufacturas e das produções das suas colonias, o que se não admitte em França nem admittirá, a pezar das suas concessões e das suas bajulações ao governo francez. O que he curiozo, he que, quando o ministro das finanças propoz no Caza dos Communs a medida de igualar os direitos nos vinhos portuguezes aos francezes, deu por motivo o augmento do consumo que s'esperava nos vinhos francezes : porem Lord Grey e os seus socios na Caza dos Lords tomarão por pretexto o monopolio, como elles lhe chamão, da companhia do Alto Douro ; como se a Inglaterra não tenha, entre outras companhias e monopolios, o da companhia das Indias, em que Inglez algum se pode intremetter, huma vez que não pertença á ditta companhia ! E como se não deva ser permittido ao governo portuguez admittir e mesmo animar companhias com privilegios, quando disto resulte bem ao estado, quanto mais que os mesmos Portuguezes, logo que não são da companhia estão no mesmo pé que os Inglezes.

Lord Goderich teve a ousadia e despejo de dizer em resposta a Lord Strangford, que a companhia do Porto era o mais detestavel monopolio, que se tinha visto, &c. : acabando em dizer, que consentindo em tal o governo portuguez era violar todos os tratados com a Inglaterra : eisaqui a

que se chama ouzadia e ignorancia em hum ministro !

Em que tratado entre Portugal e a Gram-Bretanha achará Lord Goderich estipulado que não seja permittido ao governo portuguez estabelecer e criar companhias, quando lhe faz conta ? Quando se concede aos Inglezes o poderem comprar e vender qualquer genero em Portugal, he na supozição de os pôr a par e no mesmo pé que os Portuguezes, os quaes quando não pertencem á companhia, não podem ir comprar vinhos aos lavradores do Douro. Porque ha de pois querer o governo inglez exigir mais para os Inglezes em Portugal do que tem os Portuguezes no seu proprio paiz ? a razão he clara, porque tem exigido tudo que lhe tem vindo á cabeça, e tem achado fraqueza no governo portuguez : em fim porque até obtiverão em Portugal huma legislação differente da portugueza, para os Inglezes, com seu ministro privativo e a sua conservatoria ! Em huma palavra, porque tem tido hum monopolio monstruozo em Portugal, e tem obtido o que tem querido, não quer Lord Goderich que os Portuguezes gozem tambem d'alguns privilegios no seu paiz !

O argumento que produzio á cerca do mau vinho, que se prepara no Porto pela companhia e por consequencia o pessimo genero que exportavão de Portugal para Inglaterra, he ridiculo, primeiramente porque huma das razões da creação da companhia foi para evitar a falsificação do vinho, e que s'embarcassem vinhos que não fossem de demarcação ; 2º porem suppondo que a vinho he mau, o que podião e devião fazer os Inglezes era ou representar isto ao governo, ou deixar de o comprar, e não ir ao parlamento propor huma medida toda extravagante e contraria ao estipulado nos tratados.

Mal o Principe Regente, depois o Senhor Dom João VI

tinha deixado Portugal, preferindo este desterro a que se confiscassem as propriedades dos Inglezes e se lhes fechassem os portos, e mal tinha chegado ao Rio de Janeiro, quando a conducta de agradecimento da parte do governo inglez foi tirar vantagem da situação em que se achava a Córte de Portugal para exigir logo hum tratado que excedia, em violencias e dezaforos, tanto o de Cromwell de 1654, como o de Methuen de 1703 ; isto porque não era bastante ainda aos Inglezes pagarem só 23 por 100 de direitos, havião 254 annos, quando as outras nações pagavão 30 ; mas querião pagar somente 15. O que conseguirão por isso que tinham o appoio nos *bons e patriotas* Souzas Coutinhos, hum, embaixador em Londres, outro, ministro dos negocios estrangeiros no Rio de Janeiro. E não contente ainda com isto o governo inglez, passado algum tempo, insistio para que se abolisse a companhia do Alto Douro ; o que não podendo conseguir, graças á opposição que acharão da parte do Conde das Galveas, Marquez de Pombal, e Visconde d'Anadia, passarão a pedir ao governo do Brazil se lhe desse Bissau e Cacheu na costa d'Africa ; o que igualmente se lhe recusou ; e em 1813 continuou o governo inglez a insistir com a abolição da companhia do Alto Douro, ameaçando com o augmento de direitos nos vinhos, no cazo que se não annuisse a isto, tendo nesse tempo Mr. Baring a imparcialidade e bom senso de declarar no parlamento (quando M. Canning quiz propor a medida do ameaço do augmento dos direitos nos vinhos portuguezes) que achava que os negociantes inglezes não tinham razão de se queixar, quando erão tratados no mesmo pé que os Portuguezes, e que lhe parecia isto mais intriga do que razão de queixa. E em 1816, que se espalhou que o Principe Regente de Portugal se declarava Imperador do Brazil e Rey de Portugal, e fixava a séde do governo no

Rio de Janeiro, mandando seu filho mais velho como Vice Rey, para Portugal; e como se temia isto, pois que o que se queria era a sublevação e independência do Brazil, arranjou o governo inglez huma intriga, expedindo huma nau de guerra (*Nota 7*) ao Rio de Janeiro para o Principe voltar e a familia real para a Europa, tendo o despejo de dizer, no parlamento, mandavão a ditta nau porque se tinha pedido; voltando, já se vê, a nau como foi. E por isso em 1818, quando se tratou de indemnizar as differentes potencias da Europa, restituindo a cada huma o que se lhe tinha tirado pelas intrigas e invasões francezas, intitulandose no congresso a Inglaterra o *advogado e protector* de Portugal, teve a fraqueza de se conduzir de hum modo o mais atraído, deixando ficar Portugal expoliado de tudo e sem pugnar pela restituição d'Oliveira, que aliás se lhe tinha tirado pela sua adheção á Inglaterra, o que já tinha feito na convenção do tratado d'Amiens! Sem se querer lembrar o governo inglez, que a não serem os immensos sacrificios que a nação portugueza fez, e as victorias da Peninsula, em que servião sempre de vanguarda as tropas portuguezas, nunca se teria realizado a victoria de Waterloo.

Em fim tanto trabalharão, tanto protegerão os revolucionarios, que conseguirão ver em 1820 a revolução em Portugal, e depois no Brazil, e que el Rey voltasse para a Europa, vindo-se o seu projecto de sublevação a realizar. E eis aqui o como Portugal he devedor ao governo inglez? E hoje que Portugal não tem mais ouro do Brazil, e que se acha privado e roubado daquella possessão, que tanta fadiga e tanto sangue custou aos Portuguezes, graças á protecção e bons officios do governo inglez; hoje que as suas fabricas e manufacturas se achão queimadas e em ruinas, devido tudo á agencia ingleza; hoje em fim que o governo inglez se acha de tal modo constituido, que não pode simpatizar com o seu

antigo alliado, porque he consequente com as suas antigas ideas e leys, e não admitte, nem quer admittir as reformas e os planos dezorganizadores de Lord Grey e companhia, tem-se o arrojo de propor huma medida no parlamento á cerca de Portugal, que o homem de menos probidade jamais ouzaria imaginar na mais insignificante transacção !

O que eu dezejo do fundo d'alma, e que espero em Deus e confio na dignidade e energia do governo portuguez he, que se haja de tirar vantagem desta oportunidade e aberta, e fazer-se conhecer ao governo inglez, e a Lord Brougham, que Portugal accordára, e que he obrigado a quem o despertou ; e que já que não ha ouro do Brazil a tirar de Portugal, ha ainda alguma prata, que o governo portuguez fará por guardar, ou enviar a outro mercado, aonde tenha mais valor do que em Londres : e que se ha de lembrar o mesmo governo dos immensos navios e muitos mil marinheiros inglezes, que se empregão no commercio de Portugal, isto he, para nos trazerem aquillo que podemos ou ir buscar nós mesmos a outros paizes, ou cultivar e manufacturar em Portugal e obter com as nossas pescas : advertindo o governo portuguez, que a Inglaterra emprega annualmente 700 navios e alguns 100,000 marinheiros (incluida a pesca do bacalhau) no commercio de Portugal, cujos fretes, pagos por Portugal, montão a perto de tres milhoões de cruzados ; não se exaurindo com isto o nosso numerario, mas o peor paralisando a nossa industria, o nosso commercio, e a nossa marinha mercantil, escola e fundamento da marinha de guerra ; enfim o espirito, com que tanto se distinguirão os nossos maiores, e tantas descobertas e tantos serviços fizerão á humanidade. E que se hão de lembrar igualmente do que era Portugal no tempo d'el Rey Dom Manuel, quando ião lá os Inglezes, não buscar vinho, mas sim trigo,

(Nota 8.) tempo por isso, em que apparecia dinheiro e meios para apromptar as immensas frotas e expedições que se apromptavão e expedião todos os annos á Africa, Asia, e America: e que se hão de lembrar enfim, e ter a maior satisfação em ver que o resultado da indifferença do governo inglez em reconhecer o governo portuguez tem sido, como se vê pelo calculo das importações e exportações entre a Gram-Bretanha e Portugal, o ter em 1829 diminuido a exportação d'Inglaterra em Portugal de mais de 8 milhoes de cruzados, sendo a exportação de Portugal para Inglaterra, com muito pouca differença, a mesma, isto he, em 1828 exportou a Inglaterra para Portugal e Ilhas £2,581,737, vem a ser, mais de 30,000,000 de cruzados, que era a exportação ordinaria anno por outro: e em 1829 exportou para os mesmos lugares £1,764,032; isto he humna diminuição de 8,000,000 de cruzados: a exportação de Portugal para Inglaterra, em 1828, foi £587,355, e em 1829 quazi o mesmo £584,818.

A vista do que devem ser summaente obrigados os Portuguezes á indifferença, com que tem olhado o governo inglez para as relações entre a Inglaterra e Portugal; não tendo perdido este ultimo com isto, senão em quanto os officiaes e commandantes dos corpos não terem dormido socegados nas suas camas; e meia duzia de miseraveis terem perdido a cabeça. A respeito desta ultima circumstancia, direi para fazer conhecer em Portugal o como se manobra daqui a intriga: que assim que s'espalhou em Londres a noticia da creação de humna commissão especial para sentenciar livre das chicanas do foro os conjurados de 8 de Fevereiro passado, começarão a clamar os jornalistas da facção, que se livrasse o governo portuguez e a commissão de condemnar á pena ultima algum Inglez &c. e outras

igoaes, que nunca ouzão avançar a respeito dos outros governos. Mas o que he mais he, que chegando aqui o paquete Magnet, e vindo nelle hum Portuguez, se fez pôr em hum jornal, (advertindo que escreve a favor do governo portuguez) o seguinte. “Chegou o paquete Magnet, e nelle vem o Senhor Silveira com despachos, e sabe-se que as pessoas que ultimamente se prenderão tem passado pelo processo feito pela commissão, e ainda que tenham sido achados criminozos em alguns pontos, com tudó não de tal capacidade que possam soffrer a pena ultima.” Ora advirta-se : 1º isto escrito e publicado em tempo, em que os trabalhos da commissão não estavam acabados. 2º Não sendo d’esperar que a commissão fosse composta de pessoas que estivessem a divulgar o que se passava, quanto mais que era falso pelo que se vio depois, porquanto soffrerão a pena ultima 7. 3º Ser isto publicado em hum jornal que não poê d’ordinario a respeito de Portugal senão o que se lhe manda e paga. Eu só tenho a dizer, que os que soffrerão a pena ultima erão instrumentos dos agentes que cá estão por fora, e dos que estão ainda em Lisboa, e dos que de lá fugirão. Que os taes instrumentos e agentes devião soffrer para exemplo, e até para evitar mais seduções, e mais victimas não admitte duvida, mas he desgraça que se não conhecesse a intriga, e o que se trabalhou por salvar os mais comprometidos. E que em quanto a ser Inglez, ou Francez, ou Mouró, creio que sabem muito bem os Juizes em Portugal o que se fez no tempo de Cromwell em Londres ao Irmão do nosso embaixador, isto he, que lhe não valeu o direito das gentes e a protecção que o ditto direito dá aos embaixadores e aos seus addidos, e que foi enforcado ; e que isto repetirão aqui sem a menor cerimonia a qualquer Portuguez, que tivesse a ousadia de se en-

tremeter, não só em querer mudar a forma do governo estabelecido, mas mesmo na menor tentativa contra a Monarquia; e que no caso de conjuração havia de ser elle Portuguez o primeiro a soffrer, por isso que he estabelecido em politica que o estrangeiro deve ser o primeiro a respeitar as leys do paiz aonde recebe protecção e hospitalidade.

Portanto Portugal, para conservar a dignidade que lhe compete, como governo independente da Europa, e até para se sóstentar contra as intrigas dos seus inimigos, deve reciprocamente obrar, como obrão os outros governos. Mandar o governo Francez fragatas e ameaços, tudo isto são pretextos: porquanto o seu governo, revolucionario como he, conhece muito bem os rudimentos do direito das Gentes; o que o tal governo quer he a impunidade dos seus emissarios, que tem mandado por toda a Europa a sublevar os governos estabelecidos. Portugal apertando muito com elle, não tem mais senão fechar os portos à revolucionarios, e encher as suas costas de corsarios; pois assim talvez dê mais que fazer aos governos revolucionarios da Europa, do que possa perder, visto infelizmente o estado do seu commercio hoje quazi nullo.

Quando acabará esta continua insolencia de querer exigir de Portugal tudo por violencia e á força? Que quer dizer, que hum ou outro inglez conspire contra o governo aonde recebe proteção e hospitalidade! E quando este inglez, contra toda a expectação, e contra toda a equidade, ainda he poupado á pena ultima, que muito mais merecia doque o Portuguez seduzido e enganado, ainda emcima se mandão fragatas e navios de guerra a reclamar os assassinos! e reclamar com ameaços! Em todo o paiz civilizado se costuma reclamar qualquer couza por via de correspondencia e negociação; para isso he que tem o governo inglez hum consul em Lisboa. Que cuida fazer o governo inglez com esta Quixotada? Se o governo Portuguez quizesse ter energia, e seguir o exemplo do governo françez intruso em Portugal em 1807, de que servirão as fragatas? Que fizerão as immensas esquadras inglezas, quando os fortes de S. Julião e de Bugio se achavão dispostos a deffender a barra? Tentarão ellas jamais forçar os fortes? Nunca. Ora se Portugal as não deixasse entrar agora, mas lhes fizesse saber que responderia a negociações com negociações, e a ballas com ballas: que outra alternativa terião as fragatas senão a de voltar para Portsmouth? Que se lembre Portugal do que tem zombado os Belgios dos protocolos de S. James! E como não ouza mandar lá o governo inglez as suas fragatas; de que assaz bem de pressa precizara para o que vai a succeder na Irlanda e no ultramar. Porem não se pode esperar menos de hum governo que, por isso que não pôde levar avante no parlamento as suas medidas e as suas inconsideradas proposições, faz ex-abrupto dissolver o parlamento! Isto he, porque elle não quiz de boa vontade votar a sua propria morte, deve morrer de huma morte violenta e não uzada em Inglaterra.

(Nota 1.) A viuva de Mr. Canning publicou hum folheto, tendo por fim deffender a conducta de seu marido, querendo fazer vêr que elle se não entremettera com a carta e constituição portugueza, &c. Ja se vê que força de logica e d'argumento terá hum tal folheto.

(Nota 2.) O auctor de hum folheto intitulado "*Observations on the Papers respecting the affairs of Portugal*," que pertence sem duvida á facção, se não he hum dos chefes, confessa na pagina 24 que não era permittido a S. M. o Senhor Dom Miguel de voltar para Portugal pelo caminho e por onde queria, mas sim por França e Inglaterra: e que a não ser com esta condição, era obrigado a ficar em Vienna até que se recebesse huma resposta do Imperador do Brazil, sendo esta condição, como hum equivalente a não voltar jamais a Portugal. E querendo mostrar que esta conducta do governo austriaco e inglez não era senão huma intervenção da parte destes governos, avança que o governo inglez deve sustentar esta intervenção e obrigar el Rey a cumprir as promessas, quando elle confessa serem extorquidas á força! Que tal a logica do nosso diplomatico! Isto he daquelle mesmo que participava ao governo inglez, que o principe era a cada momento perseguido com deputações a pedirem-lhe se declarasse Rey, o que tudo dependia delle, poisque a maioria da nação era a favor da medida!

(Nota 3.) Lord Holland pertence a huma familia com o nome de *Fox*, que quer dizer *rapoza*.

Nota 4.) Isto he, porque o governo d'então não fazia tão pouco cazo das relações entre Portugal e a Inglaterra, como o actual governo, e porque de mais a mais via que em rigor o governo inglez devia a Portugal £800,000; isto he, 10 milhoes de cruzados, de 8 por 100 que tinham pago de menos de direitos as fazendas de lã no espaço de 20 annos, isto he, sendo a exportação para Portugal e ilhas hum anno por outro £500,000, em 20 annos pagando 15 por 100 em lugar de 23 fazia £800,000 que se devia de direitos, que se tinham deixado de pagar a Portugal: o que espero que o governo Portuguez se não esqueça de reclamar, como o governo inglez sempre costumou fazer a Portugal.

(Nota 5) O Ex-Palmella, não contente de ter roubado os proprietarios das acções do emprestimo Portuguez-Brasileiro, applicando o dividendo e o juro que pertence aos dittos proprietarios aos seus planos revolucionarios, passou a roubar a capella da Legação Portugueza em Londres, vendendo aos judeos os retabulos d'altares, as vestimentas, frontaes, e os vasos sagrados, o que lhe não pertencia por direito algum; porem tal he a piratagem de hum tratante, que se revoltou contra o seu legitimo soberano, e que nem lhe escapa a propriedade religiosa do seu paiz! Por isso, e estando persuadido de que esta conducta he apoiada e segundada pelo Governo do Brazil, aconselhava aos proprietarios das acções do Emprestimo Portuguez Brasileiro de subscreverem alguns fundos, e com elles fazerem armar dous ou tres corsarios a fim de se apoderarem de todas as propriedades, que pertencessem ao Brazil até se embolçarem do que lhes he devido; porquanto os dittos proprietarios estão legitimamente autorizados a reembolsarem se assim depois da letra do Tratado de 1825 que estipula, como condição da independencia do Brazil e a titulo d'indemnização a obrigação de transferir o emprestimo Portuguez ao Thesouro do Brazil, e não só transferilo, mas pagar o juro.

(Nota 6.) Em todo o tempo as verdadeiras revoluções e attentados contra a realza não forão senão obra dos ambiciosos do poder; o povo foi sempre hum passivo instrumento, como he em toda a parte; he porem para notar que a facção dos Whigs que fez expulsar os Stuarts era huma minoridade na aristocracia ingleza, mas que irritava a populaça e se servia della, como se quer servir hoje a mesma minoridade aristocratica da canalha, para a reforma do parlamento.

(Nota 7.) O auctor deste folheto achava-se em Inglaterra em 1816, na epôca em que se forjou esta intriga, e que os jornaes proclamavão, que o Senhor Dom João VI tinha mandado pedir ao Principe Regente d'Inglaterra huma nau para o conduzir e a Familia Real a Lisboa; a quem pareceu isto o mais extraordinario, como humilhante, assim como contrario ao conhecimento que tinha do mesmo senhor, isto he, do quanto era ciozo da sua alta dignidade, e por isso e porque conhecia bem as manobras de Londres, em que entrava o *Roevides*, embaixador em Londres, tomou sobre si o responder aos jornalistas, declarando que tudo que se avançava nos jornaes a este respeito era falso, poisque o soberano de Portugal não só era incapaz de ter similhante conducta, mas mesmo, no cazo que dezesasse voltar para a Europa, tinha promptas no Rio de Janeiro 4 naus de linha, 7 fragatas e alguns brigues. O cazo he que tanto contava o governo inglez com esta manobra que se mandou Sir John Beresford com huma nau ao Rio de Janeiro toda preparada, &c.: e que querendo tomar ares Mr. Canning, e o governo inglez livrar-se delle, o nomearão embaixador para Lisboa, junto a hum soberano que ainda havia de vir; e que não veio, voltando a nau, como foi; mas ficando sempre Mr. Canning em Lisboa, tomando ares e gozando de 14,000 libras esterlinas por anno: tendo o governo de Lisboa a inconsideração d'offerecer hum palacio dos Reys de Portugal a Mr. Canning; razão porque tanto quiz exigir depois,

quando foi ministro, e porque deu a paga a Portugal ! O auctor teve a satisfação de vêr verificado o que avançou, alias na distancia de 2000 legoas ; assim como teve a satisfação de receber os agradecimentos da parte do Senhor Dom João VI.

Disto tudo vê-se, que el Rey de Portugal era ciozo da sua alta dignidade, como sempre fora, em quanto tinha ao pé de si homens e ministros honrados, e que tudo mudou de face, logo que voltou para Portugal, cercado de ministros tratantes, por isso se virão as indignidades que se virão.

(Nota 8.) Já muito tempo antes no anno de 1325 tinha mandado Edward II hum navio a Lisboa carregar de trigo, escrevendo el Rey d'Inglaterra huma carta a el Rey Dom Affonso IV. a favor do dono do navio : *Rymercæ federa.*— Vol. IV. p. 146.

He com a maior repugnancia que se vê o auctor obrigado a declarar huma, que a ser lhe simplesmente pessoal o não faria, mas sim o faz, porque alem de vir a propozito do acima ditto, o julga indispensavel por suppor compromettido nisto a segurança da nação e do soberano. He o cazo: que as cartas que o auctor dirigio aos seus conrespon-dentes a Lisboa, no mez de Março e em huma dellas o conhecimento para se tirar de bordo de hum navio hum caixote com folhetos em francez, que continha a primeira parte deste opusculo, lhe forão supprimidas; advertindo escrevendo o auctor por via de huma caza ingleza estabelecida em Lisboa, isto porque já lhe tinhamo supprimido em Lisboa em 1829 a sua correspondencia, e porque suppunha a direcção à huma caza ingleza como sagrada, segundo os nossos constantes principios de boa fé e honra nacional.

O auctor não se pode persuadir, que o governo inglez supprimissem aqui estas cartas, porquanto he couza assaz respeitavel em Inglaterra o segredo das cartas; nem o governo ouzaria fazê-lo, muito menos à cartas de negociantes inglezes, expondo-se a huma tal responsabilidade: de mais a caza ingleza em Lisboa, que se encarregava da entrega das incluzas, não era capaz de similhante conducta, até mesmo porque o caixote dos folhetos e o conhecimento ião a ella dirigidos: enfim porque os Inglezes, a pezar de tudo o que diz o auctor, merecem-lhe o maior conceito na observancia da boa fé em taes transacções: por consequencia he natural que fosse practicado isto na repartição do correio, muito mais que já praticarão este escandalozo proceder com o auctor em 1829, isto he, *com hum homem tão suspeito como deve ser o auctor deste folheto*, e de mais a mais, vista a situação de Portugal, e o que se trabalhou em

Lisboa nessa epôca para salvar gente compromettida, he para colligir em boa logica do estado critico em que está tudo em Portugal, e como se manobra ás claras e ás escondidas, com foguetes e com surdina. E como não só os inimigos, mas mesmo os homens pagos pelo governo, estão promptos a atraiçoarem o Estado, e o mesmo governo.

APPENDICE A 1.^a EDIÇÃO.

O que vem de succeder em Portugal depois d'isto ser impresso deve fazer abrir os olhos aos Portuguezes e persuadi-los que as insolencias e os repetidos insultos que tem dirigido o Governo Francez e Inglez ao Governo Portuguez são transcendentés a toda a Nação Portugueza: e que he tempo que ella se una ao Governo e faça pôr hum termo a similhante ascendencia e dezaforo. O mesmo Ministerio que á face da Europa e em pleno parlamento tem tantas vezes clamado que se não deve entremetter governo algum nos interesses e nos negocios doutro qualquer paiz he o que procura pretextos para ter querellas com o Governo Portuguez, exigindo couzas dos Portuguezes que nunca jamais exigio o Sultão de Constantinopla da Regencia d'Argel, ou de Tuniz. E o mais he mandando Navios de Guerra cruzar na altura de Lisboa para obter á força de ameaços o que não podem obter á força de raciocinio e de justiça. Faz-se hum bloqueio aos rebeldes da Terceira, reconhece o Governo Inglez o ditto bloqueio; a pezar disto, estão aventureiros e mercenarios Inglezes a romper o ditto bloqueio, metendo dentro da Terceira tudo que precizão os insurgentes, trazem e levão as correspondencias que muito lhe querem confiar: Tomão os Portuguezes hum ou outro Navio, e o que nunca ousou reclamar o Governo de Lord

Wellington, ouzou fazelo o Governo de Lord Grey: não só reclamando hum Navio mas até exigindo que se deponha o commandante que o aprezara. Isto com o fim mais de terem hum pretexto de rompimento do que outra couza. Commettem Inglezes crimes em Portugal que, a serem commettidos por Portuguezes em Inglaterra, o menos que lhe succederia era serem remetidos para Botany Bay; no entanto commuta se lhe o castigo com 10 dias de prisão e assim mesmo exige logo o *grande* Governo se pague a estemizeravel 20,000 reis por dia de indemnização, e que quem o prendeu seja deposto, assim como quem o julgou e deu a ordem: s'isto não he degradação, não sei o que se chama. Estas satisfações forão de intelligencia entre hum Ministro *Sebastiani* e hum *Banqueiro* arvorado em primeiro Ministro, e hum Lord *Palmerston*, com o fim mais de revolucionar do que roubar Portugal. Eis a razão porque, pedidas as satisfações Inglezas, seguirão-se as Francezas, mandando o Governo Francez huma esquadra de 16 Navios de Guerra cruzar nas alturas de Lisboa, exigindo absurdos e monstruozidades: isto he o que Nação alguma civilizada e independente jamais podia conceder, a impunidade de infames sacrilegios commettidos em hum templo, e quando o povo celebrava os primeiros misterios da religião do Estado, e a impunidade de forasteiros, que em lugar de respeitarem as leys e o Governo que lhe dava protecção e agasalho, estavam conspirando para o anniquilar. Começando esta Esquadra de Piratas revolucionarios a tomarem todos os Navios que apparecião com a Bandeira Portugueza, e não contentes com isto, mal informados e persuadidos que a entrada á força do Tejo chamaria a si todos os descontentes que elles suppunhão serem a maioria da Nação, intentarão em forçar a entrada, por isso que sabião o dezamparo, em que estavam os fortes, e entrarão com effeito no Tejo!! Mas

qual foi a consequencia? Que toda a povoação de Lisboa e das Provincias s'exaltou e se unio mais ao Throno, maldizendo a alliança com a Inglaterra, e os sacrificios que por ella tinham feito.

Se os Portuguezes de hoje seguissem os sentimentos e dictames dos seus maiores, dos Portuguezes do seculo 15 e 16, nem a Esquadra dos piratas Francezes tinha tido a audacia de entrar no Porto de Lisboa; nem tão pouco, a ter entrado, sahiria.

Que ridiculo e jocozo era ouvir fallar em bombardear Lisboa! Se o Governo Portuguez, em lugar de consentir que fosse a bordo do Almirante Pirata hum *abridor de cartas*, tem mandado confiscar todas as propriedades Francezas e prender os Francezes residentes em Lisboa, quando se tomavão, sem declaração de guerra os Navios Portuguezes; e tem mandado intimar ao Almirante que *o primeiro tiro de peça que se desse sobre Lisboa seria o signal da decapitação geral de todos os Francezes residentes em Portugal*, talvez se não fallasse em bombardear.

Supponha-se que isto mesmo não sostinha o furor revolucionario dos piratas, e que mesmo mortos os Francezes se continuava a bombardear Lisboa, qual seria o resultado? muito muro e caza velha cahida, mas qual seria o fim da Esquadra? Sahiria ella, como entrou? de certo que não! Façamos justiça ao Almirante que tal Quixotada de bombardeamento nunca lhe passou pela cabeça.

O que foi desgraça e mancha eterna que nunca se tirará, são os artigos e concessões que o tal agente, que se *çujou* e *nos çujára fez*: porem sirva isto de lição para o futuro de não terem criminozos e faccinorozos em prisão sem se lhes fazer logo o processo, segundo a Ley: se assim fosse, e se os juizes tivessem feito o seu dever, isto he applicassem a ley á risca aos crimes do Bonhomme e do Sauvinet em

lugar de o fazer passar pelas ruas com os lombos nús, lhe tem tirado a cabeça e ao outro lhe fizessem outro tanto, não virião pedir com peças d'artilheria facinorozos, não nos virião roubar, e não serião os Juizes depostos; depozição aliás bem feita; pois he lição para os outros para não serem moderados e querer modificar o sentido da Ley.

El Rey tem, bem a seu pezar, annuido a tanto dezaforo, por querer poupar o sangue Portuguez: he segundo estes principios que El Rey Seu Augusto Pay preferio em 1807, o sair de Portugal para o Brazil, ao sacrificar a Nação Portugueza e expôla a huma luta, que ainda que por fim deciziva, e a favor dos Portuguezes, lhes teria custado sangue. He pois hum dever dos Portuguezes deffenderem os direitos do throno e os da nação, e não viverem em hum estado d'escravidão, servindo de ludibrio e escarneo ás nações da Europa. Eu só accrescentarei, que vïstas tantas concessões e tantas humiliações, sem outro resultado do que a nossa ignominia nacional, era tempo de se acabarem de persuadir os Portuguezes que com baixezas e humiliações não se consegue senão escravidão e escarneo; e portanto huma vez que hum estrangeiro ataque e offenda as leys, os costumes, e a religião dos povos: que maltrate, roube os mesmos povos, e conspire contra o governo estabelecido: e que este estrangeiro fique impune a tudo isto, e seja superior ás leys, porque o governo a que pertence este malfeitor e revolucionario emprenhe expedições e armamentos para ainda emcima assolar o Paiz, fazer castigar os Juizes, roubar e vilipendiar a nação; este povo assim tratado e assim vilipendiado tem o direito, que a natureza confiou a cada individuo, de se vingar por si mesmo. Assim fizerão os habitantes de Creta, quando os Carthaginezes, achando se em paz com os Romanos, consentirão que estes, profanando os altares de Jupiter e de

Minos, violando as mulheres dos habitantes e cometendo todos os crimes em Creta, ainda em cima se castigassem os Juizes e os moradores ultrajados. Isto he decidirão-se em assassinar todos os Romanos e Carthaginezes escapando os que poderaõ a nado. Em Veneza, ainda hoje, he raro vêr hum criminozo estrangeiro em huma prizão ; isto porque d'ordinario o castigão logo que o apanhão para evitar a repetição do que practicou com o governo de Veneza hum dos primeiros governos da Europa.

Eis aqui o que resta aos Portuguezes : ou passar-mos sem ter-mos nem Francezes nem Inglezes em Portugal, ou a termo los ser cada hum o juiz e executor das suas proprias injurias para que se não renovem os insultos e os vilipendios de Julho de 1831. Era em Coimbra e junto ao mesmo altar profanado que o povo de Coimbra devia ter sacrificado o sacrilego Francez ; e o outro na mesma cafuva, aonde se achou. Ter se hia assim evitado muita desgraça e muito vilipendio.

O que he desgraça sobre desgraça he ouvir dizer no parlamento Inglez a hum certo Lord Palmerston que se “ o Governo Portuguez annuo ás satisfações exigidas pela Inglaterra porque não havia de annuir ás satisfações exigidas pelo Governo Francez.” Outro tempo e outro qualquer governo que não fosse o actual se lizonjearia assaz da preferencia que achava em Portugal aos interesses da Inglaterra com exclusão dos outros governos, mas este governo hoje por espirito de partido, e revolucionario não lhe importa a preferencia feita á Inglaterra ; não lhe importa o bem ser da Gram Bretanha ; mas sim ir para diante com os principios do *Comité Directeur*.

No meio desta humiliação nacional e da afronta que a nação Portugueza soffreu por tratantiasse e imbecilidade

de pessoas alias responsaveis, tirou el Rey humá immensa vantagem, como foi fazer-se ver a todas as pessoas sênsatas da Europa, que as pregações do pigmeo Calhariz e dos seus agentes não tem o menor fundamento; isto he, que não ha partido algum de consequencia em Portugal contra el Rey: e que Lord Grey se deve dezeingar e não crer nos officios, que máal o informão de Lisboa, porquanto que maior e mais respeitavel força quererão ver os rebeldes em Lisboa do que a que forçou a entrada do Tejo a 11 de Julho passado? O consul Inglez a ser imparcial e exacto devia fazer sciente o governo Inglez do enthusiasmo que se desenvolveu em Portugal a favor d'el Rey com a entrada da esquadra Franceza no Tejo; que a escoria revolucionaria que existia em Lisboa abalara para o campo: que os voluntarios que se apresentavão todos os dias aos corpos da capital erão immensos; que os regimentos de milicias e dos realistas e urbanos disputavão com os corpos de linha e com a policia o fazerem o serviço e perderem as noites nas praças publicas: emfim, que Lisboa no fim de tres dias tinha hum aspecto de huma praça d'armas, contendo mais de 20,000 homens cheios do mais vivo desejo de verem saltar em terra os piratas Francezes. E quèrera Lord Palmerston e Mr. Sebastiani ainda mais provas contra as imposturas dos rebeldes e visionarios Portuguezés? He verdade que a não ser a boa fé nos tratados e a confiança que el Rey de Portugal tinha na honra Ingleza ter-se hia olhado mais seriamente para as fortificações do porto de Lisboa: no entanto se assim tivesse sido, e se se tivesse obestado a entrada da esquadra franceza sempre se continuaria a dizer que a nação gemia e clamava por assistencia e ajuda: pôrém verificou se esta assistencia e ajuda: e qual foi o resultado? O que se viu e que fica ditto acima. Com que se os senhores que protegem os rebeldes e lhes dão

ouvidos não se convencem com estes factos e provas, então que vão para a escola.

Os membros das duas camaras, tanto na Caza dos Communs, como na dos Lords, que tem advogado a honra nacional e os interesses de Portugal pugnando pela execução dos tratados tem sido os primeiros a declarar que Portugal não tem obrigação a continuar com o infausto tratado de 1810, devendo pagar as fazendas Inglezas 23 por 100, como antes, e até tanto como pagão as outras nações, que são 30 por 100. Se os mesmos Inglezes o decláram publicamente porque o não devemos nós pôr em pratica? O ministerio teimou com a sua de igualar os direitos dos vinhos Francezes aos Portuguezes, a pezar de todas as reflexões que lhefizerão os deputados na Caza dos Communs, e os Lords na Camara Alta. A vista disto e da conducta que tem tido para com Portugal o actual ministerio he tempo que se obre reciprocamente. Hum resultado assaz favoravel da indiferença, com que tem tratado Portugal o Governo Inglez he a importação em Portugal d'Inglaterra ter diminuido 8 milhoes por anno, e as nossas peças de 7500 diminuirem de premio; por outra apparecerem mais, porque se exportão menos, e porque sobe o nosso cambio.

Deitando os olhos para os acontecimentos desde a chegada d'el Rey a Portugal, ver-se ha que humã mão occulta e traidora não tem cuidado senão em reduzir a nação á anarquia, ou submetela á facção de 1827. Primeiramente: em lugar de se ter tirado da missão de Londres Pedro de Souza, conservarão o, consentindo que elle com o dinheiro do estado estivesse atraçoando o mesmo estado.

Segundo: tomando se providencias na corte á cerca de pôr e depôr chefes para os corpôs de linha, se não fez isto nas provincias e no ultramar, o que se deveria ter feito ao mesmo tempo, com que se evitaria o que succedeu nas provincias, sublevarem-se os chefes e sublevarem-se os

corpos, e no ultramar verificar-se o que se vio na Madeira, e na Terceira.

Terceiro : nomearem se para as côrtes as mais preponderantes da Europa, pessoas senão incapazes, nullas ; e isto só porque se queria empregar amigos e parentes ! e na maior parte das outras côrtes agentes e creaturas de Pedro de Souza, até mesmo o que lavrou os Avizos e decretos a bordo da nau Windsor Castle, contra o Senhor Dom Miguel. Eis a razão de se terem passados 3 annos e se não ter reconhecido El Rey, mas terem os taes agentes complicado as negociações ao ponto que se tem visto de nos virem aqui açoutar e roubar o mais impunemente.

Quarto : na tomada da Madeira, assim como na expedição ao Porto, deixar se sair da Madeira e do Porto os chefes a são e salvo até carregados com os roubos que fizerão.

Quinto : nomear-se para commandar a expedição para a Terceira hum coronel, só porque o quiz assim hum *figurão* que dizia outro tempo. *Carta e mais carta* : Nomeando-se de mais a mais hum outro tal conhecido por hum grande compadre do Ex-Imperador.

Sexto : entrar na Terceira a pesar de hum bloqueio, todo o patife que queria entrar : assim succedeu ao Ex. Palmella, ao Ex-Villa-Flor : emfim a toda a sucia ! E sera isto casualidade ? He muita casualidade ; he plano arranjado ! Se não tem dado já cabo este plano da monarquia e d'el Rey he devido isto a meia duzia de chefes e á boa disposição da maioria da nação e da tropa que não quer senão el Rey.

Septimo : Acharem-se administrando cá por fora o dinheiro do estado pessoas que o applicão para o que muito querem, recusando-o para commissões que sabem e conhecem serem do maior serviço a el Rey, e ao Estado.

E emfim a maior prova que tudo está minado e solapado he que até este opusculo que não contem senão expressões e ideas em defeza d'el Rey e da Nação foi prohibido,

isto he fez-se a pantomima de o prohibirem, quando não havia já hum só a vender. Quem deu esta ordem foi hum certo Intendente, que Deus Haja? o qual, dizem, fora mandado por autoridade superior. Não me quero persuadir que isto fosse ordem de Sua Magestade, mas sim de alguém que pretextou o que muito lhe pareceu, porque lhe doião as mataduras. Ora como o autor presenciou em Portugal a aceitação que mereceu este escrito ás pessoas de bem e honradas; igoalmente se persuadio que Sua Magestade não podia deixar d'applaudir e approvar hum escrito todo em sua defeza e dos seus direitos, então devia haver motivo particular. Em quanto ao querer alguém (pelo costume das satisfações) persuadir-se que isto seria a instancias do Consul Inglez, não sou, nem posso ser de tal parecer: porquanto o Consul Inglez em Lisboa não devia, nem podia officiar para a supressão do tal escrito: não devia, porque se não diz nelle a decima parte do que se diz todos os dias em Inglaterra contra o Ministerio; não podia, porque foi impresso em Londres, aonde, a conter couza contra a ley he lá que se deveria supprimir, ~~e não~~ em hum paiz estrangeiro, cuja dignidade e cujos direitos se deffendiaõ; e não devia, porque o Consul Inglez deve conhecer os limites do seu poder, e que similhante conducta o comprometeria perante o Parlamento Inglez; e emfim não devia, porque o folheto não continha contra o Governo Inglez a millesima parte do que contem os jornaes^a Inglezes contra el Rey de Portugal. Emfim se se annuisse a similhante audacia seria pôr o ferrete do maximum de degradação e escravidão á Nação Portugueza. E se assim tivesse sido que se tinha lucrado com similhantes humiliações? Tinha-se evitado por ventura com taes condescendencias a intelligencia entre o Consul Ingleze e o Almirante dos novos Ar-

gelinos ? Conseguio-se por ventura que participasse o ditto Consul as intenções dos Argelinos d'entrarem em Lisboa na segunda feira, como no Domingo elle participou na Assembleia Inglesa ? Ora como pelas razões acima me não posso persuadir que o Consul Inglez tivesse similhante audacia, estou portanto persuadido se allegasse esta satisfação como pretexto ; e que o motivo foi o que se vê e lê na pag. 47, pag 48, 49, 50, 54, 55 e com especialidade pag. 57 ; e enfim mais que tudo o que se lê pag 71, 79, e 80. Ora como se prohibio a publicação deste escrito e por consequencia a sua reimpressão, e vendo o auctor a aceitação que elle tivera, e ainda maior depois da prohibição resolveu-se a fazer huma 2ª edição, imprimindo 1000 em lugar de 500, de que se compunha a primeira, com alguns accrescimentos appropriados ao que tem succedido depois de mais interessante a Portugal.

Disse na primeira edição deste escrito que o Governo Inglez fora muito precipitado em reconhecer o Governo revolucionario da França, assim como fora muito precipitado e muito cheio de pondenor em pedir a sua demissão : duas grandes faltas de que se tem seguido os mais funestos resultados. Da primeira seguiu-se o furor revolucionario que se tem apoderado da classe dos obreiros e da população, isto he de todos que não tem nada a perder com revoluções, mas tudo a ganhar. E da segunda tem sido que para se sostarem no governo os novos ministros cuidarão em fazer e prometter concessões á população, de quehão de ser victimas elles mesmos, depois de se sacrificarem primeiro os seus antagonistas, os realistas.

O que se tem visto em Inglaterra, ha 8 mezes, e que vem ultimamente de se practicar em Bristol faz gemer a humanidade e que os homens de bem lastimem do fundo d'alma a mania do século das innovações, e a ambição mal

entendida e a imbecillidade dos que a protegem. He desgraça que o espirito de partido feche os olhos da razão aos homens d'estado e que governão, e que se não queirão lembrar que a Inglaterra com a sua constituição má, como querem chamar-lhe os radicaes e incendiarios, tem dado leys á Europa e ao mundo; tem sido o centro das riquezas e da industria, tendo sido capaz de dominar por meio desta sua constituição huma immensa parte da Asia e as melhores Ilhas e pozições do globo. Porém a Jamaica já protesta das innovações que os philantropicos do Parlamento Inglez lhe querem impor: e ja appellão para outra Potencia que os proteja! Já as feitorias de Cantão e da China são queimadas e os Inglezes insultados! Que não farão as outras possessões da Asia, &c. &c.

O Bill da Reforma do Parlamento foi contrariado e perdido, ha 7 mezes, na caza dos Communs. Isto noutro tempo e com outros ministros era bastante para darem a sua demissão: porem não foi assim: fizeram dissolver o Parlamento, isto he, a caza dos Communs fazendo convocar outra com novas eleições: já se vê o que accoeteria nestas eleições populares, em que se inculcava á população devião eleger membros e deputados amigos da reforma, isto he da anarquia; huns eleitores com medo da canalha não votarão, outros com o mesmo medo e que lhe queimassent as suas propriedades, como cóstuma fazer a canalha, votarão como quier a ditto canalha, apparecendo portanto huma Caza dos Communs com huma maioria revolucionaria: em consequencia tornarão a propor os Ministros o Bill da Reforma, e no fim de 6 mezes de questões e varias modificações se approvou o ditto Bill, donde passou á Caza dos Lords, na qual foi contrariado e rejeitado por huma maioria de 41. O que foi o signal para os chefes da revolução irritarem e incendiarem o povo clamando contra a nobreza

e contra o clero, por isso que os Bispos como Pares do Reino votarão todós contra o Bill que elles na sua consciencia reputavão revolucionario, não havendo injuria nem afronta agora que não tenham dirigido contra as pessoas as mais influentes e mais dignas pelos seus serviços, saber, e patriotismo, quebrando Janellas, e demolindo cazas áquelles mesmos que, não ha muito tempo, erão os seus idólos e o devião sempre ser, tal como hum Duque de Wellington, poisque foi elle o que salvou a Inglaterra de huma invazão e de huma bancarrota ! porem tal he a solidez e duração dos applausos da multidão e da canalha !

Que grande lição não he esta para os incautos e que tanto ouvem apregoar e exaltar constituições liberaes e de duas Camaras ! Pois verão que os Ministros Inglezes para irem d'accordo com os demagogos e para se sustentarem no Ministerio não podendo levar á paciencia que huma parte da legislatura fizesse o seu dever e obrasse independentemente rejeitando o plano revolucionario appellão para a populaça autorizando assim a anarquia e dezordem : se na Inglaterra, no paiz chamado o *Classico da Liberdade* se vêem estas taes e estes Despotismos Ministeriaes ! que esperarião os homens de bem ver em Portugal ! se se renovasse a pantomima liberal de 1826, 1827.

Se a Aristocracia Ingleza se unisse que caminho não levarião os demagogas e revolucionarios ! mas que hade ser se o novo Ministerio sem tirar lição do passado e do que succedeu em Franca em 1789, e olhando só para o espirito de partido e ao querer-se soster no Ministerio á custa de tudo recorre à canalha e aos revolucionarios sem se lembrarem que a canalha e revolucionarios os applaude, emquanto prēcizão delles, mas que logo que servidos lhe fazem o mesmo que aos Realistas.

O Duque de Wellington na formação do novo Parla-

mento pela morte de George IV foi demaziadamente franco e militar não querendo de sorte alguma influir nas eleições; por isso o contrariarão, he verdade que em huma insignificante couza, como foi na votação da lista civil à cerca de ser tratada a questão sobre as despesas particulares d'el Rey, em publico ou em huma commissão particular, assim mesmo pedio a sua demissão e os seus collegas, poisque foi este sempre o costume em Inglaterra, quando o Ministerio não tinha em tudo e por tudo a confiança da legislatura, isto he das duas Cazas pediaõ a sua demissaõ. Os Whigs que estavam de fora, havião muitos annos, estimarão este ponde-nor demaziado e entrarão para o Ministerio com a firme resolução de não o largarem senão a pau.

Tem-se visto immensas medidas propostas pelo ditto Ministerio contrariadas, mas de sorte alguma os tem determinado a seguir o costume e pedirem a sua demissão. Pelo contrario como prometerão à populaça na sua entrada no Ministerio a Reforma, e os Communs a contrariarão servio-se o Ministerio dos ultimos excessos d'autoridade, dissolvendo o Parlamento e nomeando novas eleições que se fizerão, como já fica ditto. E como não podem dissolver a Caza dos Lords, lançarão mão doutro expediente, que tem sido fazer em aterrar por meio da imprensa os Lords que votarão contra o Bill, fechando os olhos às insolencias que a populaça faz aos dittos Lords mais influentes no Parlamento e contrarios ao ditto Bill da Reforma. Eis a razão de se quebrarem as janellas ao Duque de Wellington: ao Duque de Gloucester, primo d'el Rey; e de quererem assassinar o Duque de Cumberland seu Irmão; e o Marquez de Londonderry. Eis a razão das sublevações, dos motins, e das rapinas em Derby, Nottingham e das horrorozas scenas em Bristol! Emfin o estado d'Inglaterra he tal, como se não tem visto desde a revolução de 1688! Ou o

Ministerio deve dar a sua demissão, ou huma explosão temivel será o resultado.

Isto e o que se tem visto grassar por toda a Europa depois dos acontecimentos de Pariz de 27, 28, e 29 de Julho de 1830 faz ver o que a Providencia tem vigiado sobre os Portuguezes, e a inspiração que tivera el Rey em esmagar já por duas vezes a hydra revolucionaria : e que são poucas as graças que se devem dar ao Omnipotente de ter livrado a Nação Portuguesa do contagio revolucionario, que tanto tem perseguido os povos.

Não acabarei esta Tarefa sem dar duas palavras á cerca de hum attentado e de hum crime horroroso, que pretende commetter contra Portugal hum Ex-Portuguez, hum Ex-Imperador ; e hum Ex-Brazileiro : digo o Ex-Imperador do Brazil, que tendo com a maior vangloria ditto a deus a Portugal ; que tendo-se sublevado contra seu Pay e Soberano e usurpado á Portugal a sua mais interessante possessão, isto he o Brazil, desfalcando assim por huma cega ambição Portugal do que tanto sangue custou aos Portuguezes a civilizar (civilização de que abuzarão os Brasileiros, como abuzão sempre de tudo os maccacos) que tendo servido de maromba aos revolucionarios do Brazil, chamando-se seu Protector e seu Gram Mestre, dando-lhe por fim a paga, por isso que ja não precisavão delle expulsando o do Brazil, e cantando *Te Deums* á sua saida ! Digo que este desterrado, que depois de ter desfalcado a Monarquia de huma maior parte della, e não podendo soster-se e conservar-se no paiz que sublevo e revolucionou, quer ter a audacia hoje, e meter-se lhe na cabeça de aspirar ao throno que elle apouquentou e desfalcou, e o mais he, aspirar a elle, com huma invazão de forasteiros e mercenarios ; devendo o Ex-Imperador saber que não só as leys constitucionaes de Portugal o excluem do throno,

e á sua descendencia, masque mesmo se assim não fosse a Nação Portugueza não perdera ainda o brio e resentimento para acolher hum Príncipe, que mais que nenhum atraçou a Nação e a Monarquia, não se querendo lembrar do que vem de lhe succeder no Brazil, e que os Portuguezes tem assaz de senso commum para resistirem ás pertenças de hum Agente dos inimigos das sociedades e dos thronos. He lastima que hum Príncipe de hum dinastia das mais illustres da Europa queira teimar em servir de instrumento aos inimigos declarados das antigas dinastias da Europa e dos thronos.

Creio que os Portuguezes sabem haver huma ley em Inglaterra que prohibe o armarem-se navios e tomarem tropas e provizoões para serviço estrangeiro, e contra qualquer paiz, com que a Inglaterra não esteja em guerra; não obstante isto cuidarão os agentes do Ex-Imperador e do Ex-Palmella em comprarem e fretar alguns navios em Inglaterra para tomarem aqui a bordo os rebeldes Portuguezes e os mercenarios Inglezes e Irlandezes, a quem se tem dado hum schelling por dia, ha já hum mez prometendose-lhe alem disso hum *saque geral em Lisboa e nas Provincias & huma vez que desembarquem e conquistem Portugal!* São os chefes desta celebre expedição contra Portugal, segundo dizem os Jornaes da facção, o *Grande General e pigmeo Roevides, hum celebre Loulé! o Grande João Carlos de Saldanha! e o Ex-Conde d'Alva!* Em consequencia do acto do Parlamento não teve remedio o Governo senão fazer deter os navios e por-lhes hum sequestro. Hum Jornal da Irmandade lastimando hoje 11 de Novembro o embargo que tiverão os dittos navios da celebre Expedição diz que “ainda que os navios detidos vão a ser libertados para proségui a sua viagem para os Portos da França, aonde ião tomar mais gente e mais

Piratas, que o modo, como elles são dados (a instancias do Agente do Rey *Egalité*) os torna como de nenhum uzo, isto he porque se lhe não deixa embarcar a canalha, nem metter a bordo armamentos e munições; e dizendo mais e lastimando que os *Patriotas*, isto he os rebeldes Portuguezes, que se tinham offerecido voluntarios para esta obra meritoria de assolar e saquear Portugal, tendo recebido o que se lhes tinha promettido de ajuda de custo, não appareção para embarcar, chamando-lhe *ingratos*. Ora chamem-lhe tolos aos taes renegados Portuguezes, que não acharão as uvas do Porto maduras em 1828 : e que ainda hoje lhe parecem verdes !

LONDRES :

NA TYPOGRAFIA DE G. SCHULZE, 13, POLAND STREET.

POST-SCRIPTUM.

Não podia suppor, nem mesmo imaginar que o Consul Inglez em Lisboa, Mr. Hoppner tivesse a ousadia de exigir satisfação do Governo Portuguez á cerca do escrito publicado em Lisboa “o *Desengano*,” isto he de hum escrito, em que se advogão e deffendem os direitos do Soberano e da Nação ! He aonde pode chegar o dezaforo e pitulancia ! porem a culpa he de quem, ha muito, devia ter officiado para o porem fora de Lisboa ; como muito bem disse na Camara dos Lords hum illustre Membro. Tendo a ousadia o tal Consul, que se deveria ter limitado a proteger o commercio dos seus concidados, e nada mais (como se vê pelas instruções do Ministro dos Negocios Estrangeiros Lord Palmerston, se acazo as instruções são taes, como se lê no despacho de 14 de Janeiro de 1831) de allegar como hum grande crime o que o auctor do “*Desengano*” diz “que se deverião enforçar todos os Maçoës.” Quererá o Consul Inglez dar a intender que he mais agente da loja do Grande Oriente do que do Governo Inglez ? Se o auctor do *Desengano* falla assim á cerca dos Maçoës Portuguezes que tem Mr. Hoppner com isto ? Quem lhe deu credenciaes para tal ?

Foi preciso que se publicassem as correspondencias entre o Governo Portuguez e Inglez para se conhecer sem a menor duvida a insolencia de hum Consul Inglez ! O Governo Portuguez tem sido até aqui o mais tolerante e

soffredor : mas quem sabe *quousque tandem catilina !* Se o Governo Inglez quizesse evitar crimes de ressentimento ; deveria quanto antes fazer tirar de Portugal hum homem que compromette a Nação Ingleza ; e irrita a Portugueza ; ate mesmo para não accontecer em Lisboa o que vem de practicar os Francezes em Lyons, de assassinarem duas familias Inglezas, porque os seus chefes forão assaz atrevidos para quererem entremetter se nas querelas dos habitantes d'aquella cidade. Peção satisfação agora ao Governo Francez !

Vendo-se hum tal conducta, e a que elle Consul tem tido em Lisboa, ha hum anno, e mais que tudo a causa commum que fez com os piratas Francezes, e que continua a fazer com os inimigos do Governo e da Nação Portugueza, já não parecerá extraordinario que tambem pedisse a suppressão deste escrito. Fez bem não pedir mais alguma couza e que se não fallasse em tal nas suas conrespondencias officiaes, poisque então se lhe daria hum pequena lição diplomatica.

Se o Governo Portuguez tomou a medida que, ha muito, devia ter tomado, e como pedia a salvação do Estado, digo, de obrigar os capitalistas a concorrerem com hum quota e proporcional parte para hum emprestimo, que aliás deverião ter voluntariamente offerecido, hum vez que s'interessassem na salvação de Portugal : espero hoje de ver se continue a tomar medidas fortes, como exigem as circumstancias e a salvação da Monarquia, e que qualquer estrangeiro seja posto fora de Portugal, hum vez que se entremeta nos negocios que lhe não pertencem e queira proteger os revolucionarios.

ERRATAS.

Pag 31	Lin 11	direito
— 34	— 22	as seu
— 35	— 21	Sonhor
— 38	— 22	paíres
— 40	— 21	os philofos
— 48	— 27	dividos
— 54	— 13	revolusionado
— idem	— 27	Côtes
— 55	— 55	o
— 57	— 4	Porto
— 58	— 16	condição
— idem	— 29	numeraio
— idem	— 32	confidas
— 59	— 16	Governao
— 60	— 28	fixesse
— 61	— 20	tecidos
— 64	— 21	de tratado
— 65	— 14	na caza
— 66	— 28	a vinho
— 67	— 2	propriedades
— 92	— 25	demagogas
— 95	— 4	atraiçou

EMENDAS.

direitos
ao seu
Senhor
paizes
philosophos
divididos
revolucionado
Côrtes
a
do Porto
condição
numerario
confiados
Governo
fizesse
tecidos
do tratado
na caza
o vinho
propriedades
demagogos
atraiçoou

